

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	11
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	12
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	13
Demonstração de Valor Adicionado	14
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	16
Notas Explicativas	45

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	80
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	83
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	84

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.962.381.424
Preferenciais	0
Total	2.962.381.424
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	2.368.004	2.391.050	2.248.389
1.01	Ativo Circulante	616.608	618.386	661.764
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	476.497	544.238	412.583
1.01.02	Aplicações Financeiras	92.481	21.343	209.276
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	92.481	21.343	209.276
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	59.966	3.261	209.133
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras Vinculadas	32.515	18.082	143
1.01.03	Contas a Receber	31.318	31.473	30.358
1.01.03.01	Clientes	31.317	31.209	30.051
1.01.03.01.01	Contas a Receber	31.317	31.209	30.051
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1	264	307
1.01.03.02.01	Contas a receber Partes Relacionadas	1	264	307
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.540	16.069	5.211
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.540	16.069	5.211
1.01.06.01.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.540	16.069	5.211
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.418	3.819	3.653
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	3.418	3.819	3.653
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.354	1.444	683
1.01.08.03	Outros	1.354	1.444	683
1.01.08.03.01	Adiantamentos a Fornecedor	4	0	25
1.01.08.03.02	Outros Créditos	1.350	1.444	658
1.02	Ativo Não Circulante	1.751.396	1.772.664	1.586.625
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	189.643	185.043	137.576
1.02.01.04	Contas a Receber	1.223	3.550	3.140
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	1.223	3.550	3.140
1.02.01.07	Tributos Diferidos	152.136	143.284	110.604
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	152.136	143.284	110.604
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	4.805	5.466	6.050

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	31.479	32.743	17.782
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	17.694	17.708	17.782
1.02.01.10.05	Adiantamentos a Fornecedor	13.785	15.035	0
1.02.03	Imobilizado	19.371	33.484	31.235
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.949	8.443	8.387
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	12.422	25.041	22.848
1.02.04	Intangível	1.542.382	1.554.137	1.417.814
1.02.04.01	Intangíveis	1.542.382	1.554.137	1.417.814
1.02.04.01.02	Intangíveis	1.348.495	1.421.592	1.342.987
1.02.04.01.03	Infraestrutura em Construção	193.887	132.545	74.827

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	2.368.004	2.391.050	2.248.389
2.01	Passivo Circulante	220.656	267.647	236.999
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.739	9.794	10.032
2.01.01.01	Obrigações Sociais	9.739	9.794	10.032
2.01.02	Fornecedores	32.560	48.045	30.835
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	32.560	48.045	30.835
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	32.560	48.045	30.835
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.773	7.759	5.937
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.773	7.759	5.937
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	66	0	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	8.707	7.759	5.937
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	17.202	15.719	10.364
2.01.04.02	Debêntures	17.202	15.719	10.364
2.01.05	Outras Obrigações	43.396	47.141	36.727
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	6.599	4.420	4.069
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	6.599	4.420	4.069
2.01.05.02	Outros	36.797	42.721	32.658
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	15.202	14.770	9.849
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	6.467	9.247	7.492
2.01.05.02.08	Taxa de fiscalização	1.698	1.621	1.539
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar	13.430	17.083	13.778
2.01.06	Provisões	108.986	139.189	143.104
2.01.06.02	Outras Provisões	108.986	139.189	143.104
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	31.040	49.065	60.182
2.01.06.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovias	77.946	90.124	82.922
2.02	Passivo Não Circulante	1.270.331	1.214.308	1.368.188
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.094.322	1.039.152	989.615
2.02.01.02	Debêntures	1.094.322	1.039.152	989.615

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2.02.02	Outras Obrigações	131.663	127.082	318.419
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	124.000	111.985	302.104
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	124.000	111.985	302.104
2.02.02.02	Outros	7.663	15.097	16.315
2.02.02.02.06	Obrigações fiscais	7.146	5.026	5.930
2.02.02.02.08	Arrendamento mercantil a pagar	517	10.071	10.385
2.02.04	Provisões	44.346	48.074	60.154
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.062	8.175	5.736
2.02.04.01.05	Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	4.062	8.175	5.736
2.02.04.02	Outras Provisões	40.284	39.899	54.418
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	34.420	39.899	54.418
2.02.04.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovias	5.864	0	0
2.03	Patrimônio Líquido	877.017	909.095	643.202
2.03.01	Capital Social Realizado	1.733.585	1.733.585	1.513.585
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-856.568	-824.490	-870.383

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	753.238	743.065	572.300
3.01.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	511.180	459.635	400.473
3.01.02	Receita de serviços de construção	242.058	283.430	171.827
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-595.223	-606.536	-498.670
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-353.165	-323.106	-326.843
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-242.058	-283.430	-171.827
3.03	Resultado Bruto	158.015	136.529	73.630
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-122.246	-47.381	-363.723
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-31.158	-33.737	-28.400
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-30.579	-33.471	-28.400
3.04.02.04	Provisão para Perdas Esperadas	-579	-266	0
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-94.149	-16.656	-337.199
3.04.03.01	Provisão para perda ao valor recuperável	-94.149	-16.656	-337.199
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.061	3.012	1.876
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	35.769	89.148	-290.093
3.06	Resultado Financeiro	-76.479	-75.935	-89.209
3.06.01	Receitas Financeiras	57.338	74.301	22.562
3.06.01.01	Receitas Financeiras	57.338	74.298	22.562
3.06.01.02	Variação Cambial Líquida	0	3	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-133.817	-150.236	-111.771
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-133.811	-150.236	-111.764
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	-6	0	-7
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-40.710	13.213	-379.302
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	8.632	32.680	-97.867
3.08.01	Corrente	-220	0	0
3.08.02	Diferido	8.852	32.680	-97.867
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-32.078	45.893	-477.169
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-32.078	45.893	-477.169

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,013	0,0186	-0,2089
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,013	0,0186	-0,2089

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	-32.078	45.893	-477.169
4.03	Resultado Abrangente do Período	-32.078	45.893	-477.169

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	273.584	293.739	178.998
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	397.550	375.526	249.692
6.01.01.01	(Prejuízo) lucro líquido do exercício	-32.078	45.893	-477.169
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	187.963	162.797	167.219
6.01.01.03	Provisão para perdas esperadas	579	266	0
6.01.01.04	Baixa de ativos permanentes	71	26	18
6.01.01.05	Baixa de ativos por direito de uso	0	2.049	0
6.01.01.06	Redução ao valor recuperável	94.150	16.656	337.199
6.01.01.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-8.852	-32.680	97.867
6.01.01.09	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-1.918	-2.641	-5.028
6.01.01.10	Juros e Variações Monetárias Líquidas sobre Mútuos e Debêntures privadas	14.136	36.170	31.606
6.01.01.11	Juros e variações monetárias sobre Empréstimos	0	0	27.436
6.01.01.12	Juros e variações monetárias sobre Debêntures	107.952	101.032	29.288
6.01.01.14	Despesas / (receitas) financeiras dos ajustes a valor presente	6.595	8.246	9.368
6.01.01.15	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	1.944	7.323	3.952
6.01.01.16	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	776	324	2.424
6.01.01.17	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	26.232	30.065	25.512
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-123.966	-81.787	-70.694
6.01.02.01	Contas a receber	1.640	-1.834	-4.316
6.01.02.02	Contas a receber - Partes Relacionadas	263	43	-135
6.01.02.04	Despesas antecipadas	1.062	418	-1.036
6.01.02.05	Impostos a recuperar	5.754	-9.546	-1.975
6.01.02.06	Outros créditos	94	-786	-243
6.01.02.07	Depósitos judiciais	14	74	-5
6.01.02.09	Fornecedores	-7.396	59.351	-1.396
6.01.02.10	Fornecedores - Partes Relacionadas	1.708	351	466
6.01.02.11	Cauções contratuais de fornecedores	-450	282	507
6.01.02.12	Obrigações sociais	-55	-238	1.663

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01.02.13	Obrigações fiscais	1.965	-2.129	5.610
6.01.02.15	Taxa de fiscalização	77	82	122
6.01.02.16	Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	-6.833	-5.208	-6.848
6.01.02.17	Utilização de provisão de manutenção	-53.991	-61.118	0
6.01.02.18	Custo de transação - empréstimo	2.904	2.897	-16.482
6.01.02.19	Pagamento de juros	-67.942	-66.181	-45.827
6.01.02.20	Outras contas a pagar	-2.780	1.755	-799
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-321.253	-139.089	-369.746
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-200	-568	-2.631
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-250.608	-327.783	-208.194
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	-73.135	-87.861	-143
6.02.04	Valor resgatado das aplicações vinculadas	59.395	71.251	35.826
6.02.10	Aplicação Financeira	-56.705	205.872	-194.604
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-20.072	-22.995	592.746
6.03.03	Pagamento arrendamento mercantil	-20.072	-22.995	-11.835
6.03.05	Pagamento empréstimos - principal	0	0	-408.799
6.03.12	Captação de empréstimos empresas ligadas	0	0	122.500
6.03.14	Emissão de Debêntures	0	0	1.000.000
6.03.15	Pagamentos Debêntures - principal	0	0	-109.120
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-67.741	131.655	401.998
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	544.238	412.583	10.585
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	476.497	544.238	412.583

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.733.585	0	0	-824.490	0	909.095
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.733.585	0	0	-824.490	0	909.095
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-32.078	0	-32.078
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-32.078	0	-32.078
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.733.585	0	0	-856.568	0	877.017

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.513.585	0	0	-870.383	0	643.202
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.513.585	0	0	-870.383	0	643.202
5.04	Transações de Capital com os Sócios	220.000	0	0	0	0	220.000
5.04.01	Aumentos de Capital	220.000	0	0	0	0	220.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	45.893	0	45.893
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	45.893	0	45.893
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.733.585	0	0	-824.490	0	909.095

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.513.585	0	0	-393.214	0	1.120.371
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.513.585	0	0	-393.214	0	1.120.371
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-477.169	0	-477.169
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-477.169	0	-477.169
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.513.585	0	0	-870.383	0	643.202

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

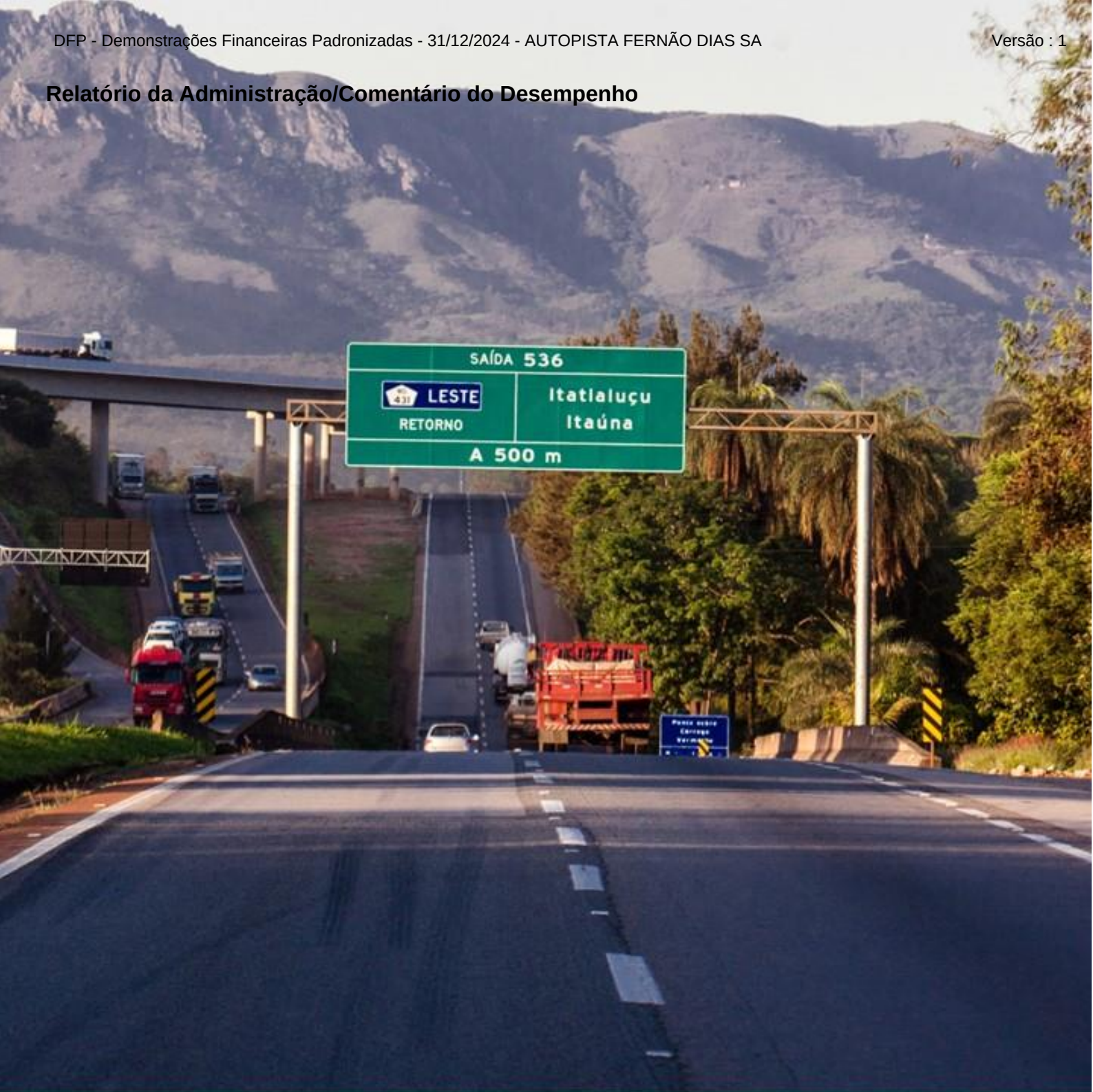
Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	817.798	799.580	619.345
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	540.439	481.537	418.543
7.01.02	Outras Receitas	277.359	318.043	200.802
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	242.058	283.430	171.827
7.01.02.02	Outras	21.562	23.758	21.071
7.01.02.03	Juros Capitalizados	13.739	10.855	7.904
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-472.769	-439.129	-642.564
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-52.414	-47.581	-52.143
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-119.981	-40.942	-362.133
7.02.04	Outros	-300.374	-350.606	-228.288
7.02.04.01	Custos dos Serviços de Construção	-242.058	-283.430	-171.827
7.02.04.02	Custos da Concessão	-26.456	-25.874	-23.238
7.02.04.03	Custos de Provisão de Manutenção em Rodovias	-26.232	-30.065	-25.512
7.02.04.04	Outros	-5.628	-11.237	-7.711
7.03	Valor Adicionado Bruto	345.029	360.451	-23.219
7.04	Retenções	-187.963	-162.797	-167.219
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-187.963	-162.797	-167.219
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	157.066	197.654	-190.438
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	57.332	74.301	22.555
7.06.02	Receitas Financeiras	57.338	74.298	22.562
7.06.03	Outros	-6	3	-7
7.06.03.04	Outros	-6	3	-7
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	214.398	271.955	-167.883
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	214.398	271.955	-167.883
7.08.01	Pessoal	59.985	55.087	54.840
7.08.01.01	Remuneração Direta	45.015	40.942	41.223
7.08.01.02	Benefícios	12.124	11.274	10.671
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.846	2.871	2.946

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	39.462	10.377	136.152
7.08.02.01	Federais	12.388	-13.760	115.163
7.08.02.02	Estaduais	2	9	1
7.08.02.03	Municipais	27.072	24.128	20.988
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	132.893	124.428	86.688
7.08.03.01	Juros	107.952	101.032	56.724
7.08.03.02	Aluguéis	15	102	-41
7.08.03.03	Outras	24.926	23.294	30.005
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados BNDES	0	0	657
7.08.03.03.02	Juros capitalizados Debêntures	13.739	10.855	7.247
7.08.03.03.04	Outras Despesas financeiras	11.187	12.439	22.101
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-32.078	45.893	-477.169
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-32.078	45.893	-477.169
7.08.05	Outros	14.136	36.170	31.606
7.08.05.01	Juros - Debêntures privadas e Mútuos	14.136	36.170	31.606

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Relatório da Administração 2024

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Pouso Alegre, 27 de fevereiro de 2025 – A Autopista Fernão Dias S.A. (“Companhia” ou “Fernão Dias”) atendendo às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas em milhares de reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas demonstrações contábeis, não foram revisados pelos auditores independentes.

Em observância às disposições constantes na Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. (“KPMG”) sobre as Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP, emitida nesta data, e com as respectivas Informações Anuais, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS – 2024

Tráfego Pedagiado

A Companhia apresentou crescimento de **7,6%** no tráfego no exercício de 2024, com **186,2 milhões de veículos equivalentes**. O *mix* de veículos equivalentes foi de **71,5%** do tráfego representado por veículos pesados e **28,5%** por veículos de leves.

Receita de Pedágio

A receita de pedágio da Companhia totalizou **R\$ 540,4 milhões** no exercício de 2024, com crescimento de **12,2%** quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

EBITDA Ajustado e Margem

O **EBITDA Ajustado** totalizou **R\$ 344,1 milhões**, acréscimo de **15,2%**, com uma margem de **67,3%**, evolução de **2,3** pontos percentuais.

DESEMPENHO OPERACIONAL

TRÁFEGO PEDAGIADO

Veículos Equivalentes (Mil)	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Total	48.114	44.909	7,1%	186.161	172.944	7,6%
Leves	13.774	13.687	0,6%	53.111	52.074	2,0%
Pesados	34.341	31.221	10,0%	133.050	120.870	10,1%

A Fernão Dias registrou 186,1 milhões de veículos equivalentes no exercício 2024, aumento de 7,6% em comparação ao exercício de 2023. O *mix* de veículos foi de 71,5% para os pesados e 28,5% para os leves. No comparativo trimestral, a Companhia registrou um tráfego de 48,1 milhões de veículos equivalentes (+7,1%) no 4T24.

O fluxo de veículos leves foi impulsionado por eventos regionais, festas e férias escolares. No segmento de pesados, a cobrança de eixos suspensos desde maio de 2024 e o crescimento da indústria extrativa, especialmente de minério de ferro, contribuíram para o aumento do tráfego. As exportações de café seguem em alta, e a inauguração do CD da Ajinomoto em Extrema (MG) intensificou a movimentação de cargas pela Fernão Dias rumo ao porto de Santos.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (R\$/Veic. Equiv.)	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Tarifa Média	2,91	2,81	3,7%	2,90	2,78	4,3%

A tarifa média no exercício de 2024 foi de R\$ 2,90, um aumento de 4,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. No 4T24, a tarifa média alcançou R\$ 2,91, representando um crescimento de 3,7% em relação ao 4T23. A variação reflete os reajustes tarifários aplicados no período, conforme previsto nos contratos de concessão.

O reajuste tarifário anual da Companhia tem como data-base o mês de dezembro, considerando a aplicação do IPCA acumulado no período, conforme estipulado no contrato de concessão.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

R\$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Receita Bruta	194.769	228.156	(14,6%)	800.976	785.686	1,9%
Receitas de pedágio	140.029	125.985	11,1%	540.439	481.537	12,2%
Receitas de construção	51.866	96.841	(46,4%)	242.058	283.430	(14,6%)
Outras Receitas	2.874	5.330	(46,1%)	18.479	20.719	(10,8%)
Deduções	(12.378)	(11.161)	10,9%	(47.738)	(42.621)	12,0%
Receita Operacional Líquida	182.391	216.995	(15,9%)	753.238	743.065	1,4%
Receita Operacional Líquida Ajustada¹	130.525	120.154	8,6%	995.296	1.026.495	(3,0%)

1: Excluindo a Receita de Construção

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Receita de Pedágio

A receita bruta de pedágio no exercício de 2024 totalizou R\$ 540,4 milhões, representando um crescimento de 12,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. No 4T24, a receita foi de R\$ 140,0 milhões, um aumento de 11,1% na comparação com o 4T23. O desempenho reflete, principalmente, o impacto dos reajustes tarifários previstos em contrato e a variação do tráfego na rodovia administrada pela Companhia.

Receitas de Construção

As receitas de construção da Companhia totalizaram R\$ 242,0 milhões no exercício de 2024, uma redução de 14,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. No 4T24, a receita foi de R\$ 51,8 milhões, queda de 46,4% na comparação com o 4T23. Essa linha representa apenas um ajuste contábil, sem impacto no caixa da Companhia.

Outras Receitas

As receitas acessórias registraram R\$ 18,5 milhões no exercício de 2024, uma redução de 10,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. No 4T24, as receitas alcançaram R\$ 2,9 milhões, refletindo uma variação negativa de 46,1% em comparação ao 4T23.

CUSTOS E DESPESAS

R\$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Custos e Despesas Operacionais (Caixa)	(43.537)	(43.693)	(0,4%)	(167.067)	(160.969)	3,8%
Pessoal	(17.960)	(14.658)	22,5%	(59.988)	(55.087)	8,9%
Conservação	(5.597)	(4.537)	23,4%	(19.876)	(16.738)	18,7%
Serviços de terceiros	(8.922)	(8.876)	0,5%	(35.646)	(34.325)	3,8%
Seguros e garantias	(1.564)	(1.601)	(2,3%)	(6.052)	(6.094)	(0,7%)
Verba de fiscalização	(5.028)	(4.801)	4,7%	(20.008)	(19.111)	4,7%
Outros	(4.466)	(9.220)	(51,6%)	(25.497)	(29.614)	(13,9%)
Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa)	(201.618)	(166.437)	21,1%	(550.402)	(492.948)	11,7%
Prov. para redução ao valor recuperável	(94.149)	(16.656)	465,3%	(94.149)	(16.656)	465,3%
Custo dos serviços de construção	(51.866)	(96.841)	(46,4%)	(242.058)	(283.430)	(14,6%)
Prov. p/ manutenção em rodovias	(6.595)	(9.725)	(32,2%)	(26.232)	(30.065)	(12,7%)
Depreciação e amortização	(49.008)	(43.215)	13,4%	(187.963)	(162.797)	15,5%
Custos e Despesas Operacionais	(245.155)	(210.130)	16,7%	(717.469)	(653.917)	9,7%

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 717,5 milhões no exercício de 2024, aumento de 9,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desconsiderando a provisão para redução ao valor recuperável, o custo dos serviços de construção, a provisão para manutenção e a depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$ 167,1 milhões, aumento de 3,8% em comparação ao período anterior.

Na comparação trimestral, os custos e despesas operacionais foram de R\$ 245,2 milhões no 4T24, aumento de 16,7% em relação ao 4T23. Desconsiderando a provisão para redução ao valor recuperável, o custo de construção, a provisão para manutenção e a depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$ 43,5 milhões, redução de 0,4% em relação ao período anterior.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



EBITDA E EBITDA AJUSTADO

R\$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(78.285)	26.391	(396,6%)	(32.078)	45.893	(169,9%)
(+) Depreciação e Amortização	49.008	43.215	13,4%	187.963	162.797	15,5%
(+) Resultado Financeiro	24.153	13.154	83,6%	76.479	75.935	0,7%
(+) IR e CSLL	(8.632)	(32.680)	(73,6%)	(8.632)	(32.680)	(73,6%)
EBITDA¹	(13.756)	50.080	(127,5%)	223.732	251.945	(11,2%)
Margem EBITDA ²	(10,5%)	41,7%	(52,2 p.p.)	43,8%	54,8%	(11,0 p.p.)
(+) Prov. para Manut. De Rodovias	6.595	9.725	(32,2%)	26.232	30.065	(12,7%)
(+) Prov para Redução ao Valor Recuperável	94.149	16.656	465,3%	94.149	16.656	465,3%
EBITDA Ajustado³	86.988	76.461	13,8%	344.113	298.666	15,2%
Margem EBITDA Ajustada ²	66,6%	63,6%	3,0 p.p.	67,3%	65,0%	2,3 p.p.

1: EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

2: A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

3: Considera os ajustes relativos a reversões da provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01) bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício

O EBITDA da Companhia no exercício de 2024 apresentou valor de R\$ 223,7 milhões, com variação negativa de 11,2% e margem de 43,8%. No 4T24, o EBITDA foi negativo em R\$ 13,7 milhões, apresentando uma variação negativa de 127,5% em relação ao 4T23.

O EBITDA Ajustado, por sua vez, totalizou R\$ 344,1 milhões no exercício de 2024, com crescimento de 15,2% e margem ajustada de 67,3%. No 4T24, o EBITDA Ajustado alcançou R\$ 87,0 milhões, registrando uma variação positiva de 13,8%.

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

R\$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Depreciação e Amortização	49.008	43.215	13,4%	187.963	162.797	15,5%

A conta de depreciação e amortização da Companhia somou, no exercício de 2024, o valor de R\$ 188,0 milhões, um aumento de 15,5% em relação ao exercício de 2023. No comparativo trimestral, o valor contabilizado foi de R\$ 49,0 milhões, aumento percentual de 13,4% com relação ao mesmo período do ano anterior.

RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Resultado Financeiro	(24.153)	(13.154)	83,6%	(76.479)	(75.935)	0,7%
Receitas financeiras	14.373	16.621	(13,5%)	61.909	74.298	(16,7%)
Despesas financeiras	(38.526)	(29.775)	29,4%	(138.382)	(150.236)	(7,9%)
Variação cambial, líq.	-	-	-	(6)	3	(300,0%)

O resultado financeiro contabilizado pela Fernão Dias foi de uma despesa financeira de R\$ 76,5 milhões no exercício de 2024, um aumento de 0,7% em relação ao mesmo período de 2023. Referente ao 4T24, o valor apresentado foi de uma despesa financeira de R\$ 24,2 milhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



IR e CSLL

R\$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
IR e CSLL	8.632	32.680	(73,6%)	8.632	32.680	(73,6%)
Corrente	(220)	-	0,0%	(220)	-	0,0%
Diferido	8.852	32.680	-	8.852	32.680	(72,9%)

No exercício de 2024, a Companhia contabilizou valor de R\$ 8,6 milhões em Imposto de Renda e Contribuição Social, uma redução de 73,6% em relação a 2023. No 4T24, o valor registrado foi de R\$ 8,6 milhões.

RESULTADO LÍQUIDO

R\$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Resultado Líquido	(78.285)	26.391	(396,6%)	(32.078)	45.893	(169,9%)

O Resultado Líquido registrado pela Companhia no exercício de 2024 foi de um prejuízo no valor de R\$ 32,1 milhões, queda de 169,9% comparado ao exercício de 2023. O resultado apresentado no trimestre teve uma redução de 396,6% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

ENDIVIDAMENTO

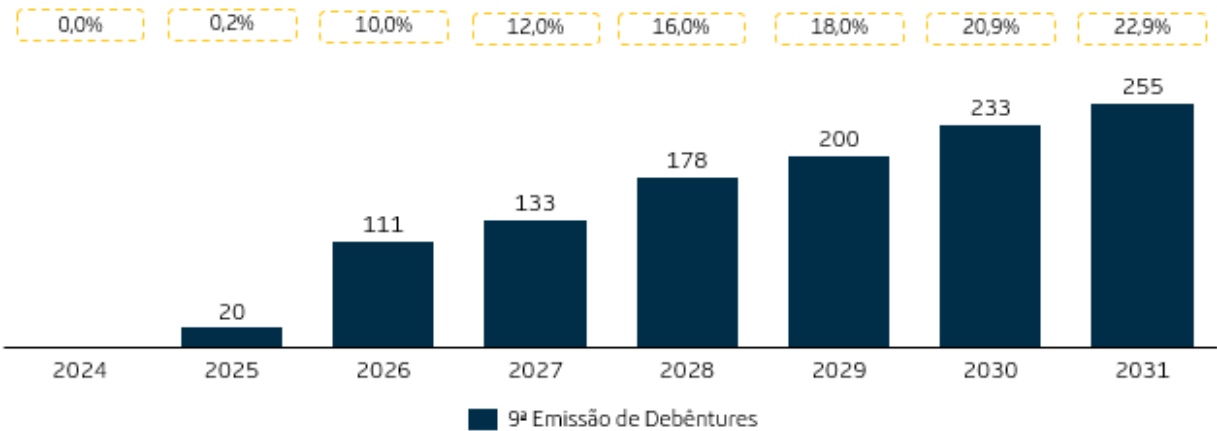
R\$ mil	4T24	3T24	Δ%
Dívida Bruta	1.111.524	1.075.854	3,3%
Curto Prazo	17.202	(207)	(8410,1%)
Longo Prazo	1.094.322	1.076.061	1,7%
Posição de Caixa	568.978	528.870	7,6%
Caixa e equivalentes de caixa	536.463	521.302	2,9%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	32.515	7.568	329,6%
Dívida Líquida	542.546	546.984	(0,8%)

1: Curto e Longo Prazo

No 4T24, a dívida bruta da Fernão Dias totalizou R\$ 1.111,5 milhões, uma variação positiva de 3,3% em relação ao valor registrado no 3T24.

A dívida líquida da Companhia finalizou o 4T24 em um montante de R\$ 542,5 milhões, uma redução de 0,8% em relação ao trimestre anterior.

Aging da Dívida – dezembro de 2024



No exercício de 2024, 100% da dívida total da Companhia estava atrelada à 9ª Emissão de Debêntures, 100% indexada a IPCA.

INVESTIMENTOS REALIZADOS

R\$ Mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Investimentos	59.025	101.853	(42,0%)	309.311	328.351	(5,8%)

Em 2024, a Companhia investiu R\$ 309,3 milhões, redução de 5,8% em relação ao mesmo período de 2023. No 4T24, os investimentos totalizaram R\$ 59,0 milhões, queda de 42,0% em comparação ao 4T23.

Durante o exercício de 2024, a concessionária concluiu a implantação de 2,3 km de barreiras de concreto e 9,3 km de defesas metálicas em 2024. Outras melhorias estão sendo executadas na rodovia no ano de 2024 como a continuidade das obras de Terceira Faixa do trecho São Paulo, localizada na Rodovia BR-381, além da conclusão de 11 pontos de Sinistros localizados ao longo da Rodovia. Também avançamos com o pré-obra de diversos investimentos importantes, como a Área de Escape do KM 525, os Dispositivos dos KMs 849, 874, 890 938, e 13 segmentos de Ruas Laterais totalizando 8,75 km.

PREVISÃO DE INVESTIMENTOS FUTUROS

R\$ Mil	2025 a 2033
Melhorias na Infraestrutura	1.368.837
Recuperações/Manutenções	340.873
Total	1.709.710

*Base Monetária: dezembro/2024

SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade é um dos pilares estratégicos da Arteris, norteador as decisões da Alta Liderança, que sempre considera os impactos reais e potenciais nos âmbitos ambiental, social e de governança (ESG) relacionados às suas operações. Nesse contexto, a gestão sustentável dos negócios reflete o compromisso da empresa com um comportamento ético e íntegro, respeitando não apenas os recursos naturais e a proteção do meio ambiente e da biodiversidade, mas também as pessoas envolvidas nesse processo.

Para alcançar esses objetivos, promovemos a diversidade e a inclusão, além de garantir a segurança viária, do trabalho e no ambiente cibernético, tanto para colaboradores quanto para usuários, sempre com base na ética e transparência. Esses compromissos são incentivados e disseminados em todas as unidades da empresa e em toda a cadeia de valor, estando alinhados às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Tanto internamente quanto externamente, as iniciativas, metas e indicadores sustentáveis da Arteris estão fundamentados na sua Agenda ESG, estruturada em três eixos estratégicos interligados e complementares: Ecoeficiência, Segurança e Qualidade, e Governança, Transparência e Accountability. Essa Agenda está alinhada à estratégia dos acionistas e conta com um Comitê Específico, conforme a governança da companhia.

A conclusão do triênio 2022-2024 da Agenda ESG apresenta importantes avanços e conquistas de metas, consolidando a trajetória da Arteris rumo a uma atuação cada vez mais sustentável no setor de infraestrutura rodoviária. Abaixo, destacamos alguns dos nossos principais resultados em 2024:

A descarbonização foi a principal prioridade, com avanços significativos em estudos e projetos-piloto para a proteção da atmosfera e a implementação do nosso Plano de Descarbonização, que inclui estudos de alternativas para a redução das emissões, em especial o fomento ao consumo de combustíveis renováveis na frota de veículos leves da companhia e a implantação a operação de um guincho 100% elétrico para prestar apoio aos usuários na Arteris Intervias.

Temos investido na eficiência energética por meio da junção de diversos projetos que geram economia de energia e de custos: a consolidação das 25 mil lâmpadas de LED instaladas; a continuidade da instalação de painéis solares em localidades estratégicas, totalizando 20% do consumo total de energia elétrica por meio de fontes renováveis próprias; além da migração de unidades para o Mercado Livre de Energia e a certificação da empresa como consumidora de 100% de energia elétrica por meio de fontes renováveis, a partir da aquisição de certificados IRECs.

Fomos reconhecidos com o Prêmio ANTT Destaques 2024, na categoria Gestão de Riscos Climáticos, pela Plataforma de Previsão de Deslizamento de Taludes da Arteris Planalto Sul. Esta solução inovadora antecipa riscos climáticos e deslizamentos, garantindo maior segurança para os usuários e proteção ao meio ambiente.

Em relação à conservação da biodiversidade, a Arteris já plantou mais de 2,5 milhões de mudas nativas, equivalente a 1.553 hectares reflorestados, desde o início de suas operações. O plantio foi realizado como compensação ambiental pelas obras e intervenções realizadas, sendo planejado para maximizar os benefícios aos serviços ecossistêmicos, como a ampliação de áreas de preservação permanente (APPs) ao longo dos rios e a criação de corredores ecológicos para a fauna silvestre.

A Arteris Régis Bittencourt conquistou a certificação ISO 14001 (Sistema de Gestão Ambiental), unindo-se às concessões da Planalto Sul, Intervias e Fernão Dias, que também revalidaram a certificação. Este processo garante que nosso sistema de gestão ambiental atenda às normas vigentes e reflete nossa maturidade no tema, além de ser um importante instrumento de transparência para nossos stakeholders.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



No campo da segurança viária, a Arteris se comprometeu com a 1ª Década de Ação pela Segurança no Trânsito da ONU, com a meta de reduzir em 50% as fatalidades no trânsito entre 2011 e 2030. Na primeira década, superamos a meta com uma redução de 51% e renovamos nosso compromisso até 2030. Apesar do aumento no número de fatalidades nos últimos anos, observamos a redução do indicador IF3, que mede a taxa de fatalidade por veículo, refletindo a correlação entre o aumento do tráfego e o risco de acidentes. Isso demonstra que nossas ações têm gerado resultados positivos, embora fatores como o comportamento humano e mudanças na legislação também influenciem os números.

Neste sentido a companhia está sempre buscando por iniciativas estratégicas voltadas a pontos críticos em busca da melhoria contínua dos índices de acidentes e mortes. A construção das três Áreas de Escape de emergência é apenas um exemplo disso: os dispositivos previnem acidentes graves e, desde a sua implementação, mais de 1.200 vidas já foram salvas.

Com relação a nossa força de trabalho e o indicador de Segurança do Trabalho, temos o destaque do sucesso do Centro de Controle de Segurança e Operação (CCSO) com aproximadamente 12.000 interações desde a sua implementação no ano anterior. Os principais resultados foram o suporte para sinalização vertical e horizontal, o posicionamento do veículo de proteção, sinalização luminosa culminando numa considerável redução de 41% das invasões de zonas de trabalho. Isso demonstra o olhar para a segurança do trabalho, seja com colaboradores internos ou terceirizados.

Em governança, a Arteris manteve seu compromisso com a ética por meio do Programa de Integridade, prevenindo e detectando rapidamente atos de corrupção, fraude e outros desvios de conduta. Como resultado, recebemos a recertificação ISO 37001 e o Selo Pró-Ética, concedido pela Controladoria Geral da União (CGU).

Ao longo do ano, também atualizamos o Código de Conduta da Arteris, incorporando avanços em Inteligência Artificial e melhorias em Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão. Nosso programa de Diversidade e Inclusão se expandiu, com diversas rodas de conversa e a participação em feiras de empregabilidade para vagas afirmativas, além da publicação de duas edições do Relatório de Transparência e Equidade Salarial. Lançamos também a nossa Política de Direitos Humanos, reafirmando nosso compromisso com a responsabilidade social, ética e transparência.

É importante lembrar que marcamos a história com a entrega do Contorno Viário de Florianópolis, a maior obra de infraestrutura rodoviária brasileira e de Santa Catarina dos últimos anos. Este corredor expresso, que desvia o tráfego de longa distância da região metropolitana de Florianópolis, contribui para o desenvolvimento socioeconômico da região, reduzindo o tempo de viagem, melhorando o fluxo de tráfego e aumentando a segurança viária. Nos primeiros dias de operação, observamos uma redução de 30,1% nos acidentes e 9,4% nas vítimas, reforçando o nosso compromisso com a preservação da vida.

Todas as atividades realizadas no Contorno Viário estiveram alinhadas às condicionantes ambientais, e a obra foi projetada para minimizar os impactos ao meio ambiente. Técnicas de engenharia como a redução do canteiro central, uso de muros de contenção, estratégias geotécnicas e túneis reduziram em cerca de 25 hectares a supressão de Mata Atlântica.

Finalmente, a Arteris foi premiada, pelo segundo ano consecutivo, com o selo "Lugares Incríveis para Trabalhar", além de ser reconhecida nas categorias "Mais Incrível em ESG" e "Mais Incrível no setor de Serviços Públicos".

Com esses avanços, podemos afirmar que 2024 foi um ano de importantes conquistas nos três eixos estratégicos que orientam a nossa gestão. A sustentabilidade é uma jornada contínua, baseada no planejamento, na inovação e no uso de boas práticas. Com foco no futuro, seguimos executando nossa Agenda ESG, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da infraestrutura rodoviária nas regiões em que atuamos e em todo o Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à determinação da Instrução CVM n.º 162/22, a Companhia informa que, no período encerrado em 31 de dezembro de 2024, não contratou a KPMG Auditores Independentes Ltda. para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Autopista Fernão Dias S.A. declara, nos termos da Instrução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da KPMG Auditores Independentes Ltda.; e (ii) com as demonstrações contábeis relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024.

Pouso Alegre, 27 de fevereiro de 2025.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

Ricardo Luís da Silva
Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer de Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia

Conselho de Administração

Sergio Moniz Barretto Garcia
Conselheiro

Flavia Lucia Mattioli Tâmega
Conselheiro

Roberto Paolini
Conselheiro

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



ANEXO I – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

R\$ Mil	4T24	3T24	Δ%	2024	2023	Δ%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	194.769	228.156	(14,6%)	800.976	785.686	1,9%
Receitas de pedágio	140.029	125.985	11,1%	540.439	481.537	12,2%
Receitas de obras	51.866	96.841	(46,4%)	242.058	283.430	(14,6%)
Receita de reequilíbrio	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas	2.874	5.330	(46,1%)	18.479	20.719	(10,8%)
DEDUÇÕES DA RECEITA	(12.378)	(11.161)	10,9%	(47.738)	(42.621)	12,0%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	182.391	216.995	(15,9%)	753.238	743.065	1,4%
CUSTOS E DESPESAS	(196.147)	(166.915)	17,5%	(529.506)	(491.120)	7,8%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(37.742)	(34.973)	7,9%	(140.921)	(131.540)	7,1%
Custo dos serv. de construção	(51.866)	(96.841)	(46,4%)	(242.058)	(283.430)	(14,6%)
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(7.041)	(9.230)	(23,7%)	(29.207)	(32.441)	(10,0%)
Remuneração da administração	-	-	-	-	-	-
Despesas tributárias	-	-	-	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(6.595)	(9.725)	(32,2%)	(26.232)	(30.065)	(12,7%)
Outras receitas operacionais, líquidas	1.246	510	144,3%	3.061	3.012	1,6%
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	(94.149)	(16.656)	465,3%	(94.149)	(16.656)	465,3%
EBITDA	(13.756)	50.080	(127,5%)	223.732	251.945	(11,2%)
Margem EBITDA	(10,5%)	41,7%	(52,2 p.p.)	43,8%	54,8%	(11,0 p.p.)
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(49.008)	(43.215)	13,4%	(187.963)	(162.797)	15,5%
RESULTADO FINANCEIRO	(24.153)	(13.154)	83,6%	(76.479)	(75.935)	0,7%
Receitas financeiras	14.373	16.621	(13,5%)	61.909	74.298	(16,7%)
Despesas financeiras	(38.526)	(29.775)	29,4%	(138.382)	(150.236)	(7,9%)
Variação cambial, líq.	-	-	-	(6)	3	(300,0%)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	(86.917)	(6.289)	1282,0%	(40.710)	13.213	(408,1%)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8.632	32.680	(73,6%)	8.632	32.680	(73,6%)
Corrente	(220)	-	-	(220)	-	-
Diferido	8.852	32.680	(72,9%)	8.852	32.680	(72,9%)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(78.285)	26.391	(396,6%)	(32.078)	45.893	(169,9%)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



ANEXO II – BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ Mil	4T24	3T24	Δ%
ATIVO	2.368.004	2.411.918	(1,8%)
CIRCULANTE	616.608	582.498	5,9%
Caixa e equivalentes de caixa	476.497	384.478	23,9%
Aplicações Financeiras	59.966	136.824	(56,2%)
Contas a receber	31.317	35.745	(12,4%)
Contas a receber - partes relacionadas	1	180	(99,4%)
Despesas antecipadas	3.418	4.997	(31,6%)
Impostos a recuperar	11.540	10.760	7,2%
Adiantamentos a Fornecedores	4	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	32.515	7.568	329,6%
Outros créditos	1.350	1.946	(30,6%)
NÃO CIRCULANTE	1.751.396	1.829.420	(4,3%)
Adiantamento a fornecedor	13.785	13.785	0,0%
Despesas antecipadas	4.805	4.978	(3,5%)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	152.136	143.284	6,2%
Depósitos judiciais	17.694	18.171	(2,6%)
Outras contas a receber	1.223	3.705	(67,0%)
Direito de uso (IFRS 16)	12.422	14.701	(15,5%)
Imobilizado	6.949	7.351	(5,5%)
Intangível	1.542.382	1.623.445	(5,0%)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.368.004	2.411.918	(1,8%)
CIRCULANTE	220.656	185.896	18,7%
Debêntures	17.202	(207)	(8410,1%)
Fornecedores	32.560	34.994	(7,0%)
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	13.430	15.650	(14,2%)
Obrigações sociais	9.739	10.054	(3,1%)
Obrigações fiscais	8.773	8.827	(0,6%)
Contar a pagar - partes relacionadas	6.599	4.670	41,3%
Cauções contratuais	15.202	16.903	(10,1%)
Taxa de fiscalização	1.698	1.664	2,0%
Provisão para manutenção em rodovias	31.040	28.995	7,1%
Provisão para investimentos em rodovias	77.946	58.136	34,1%
Outras contas a pagar	6.467	6.210	4,1%
NÃO CIRCULANTE	1.270.331	1.270.720	(0,0%)
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	124.000	120.809	2,6%
Debêntures	1.094.322	1.076.061	1,7%
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	517	1.037	(50,1%)
Obrigações fiscais	7.146	6.583	8,6%
Provisão para manutenção em rodovias	34.420	34.833	(1,2%)
Provisão para investimentos em rodovias	5.864	24.384	(76,0%)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	4.062	7.013	(42,1%)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	877.017	955.302	(8,2%)
Capital social	1.733.585	1.733.585	0,0%
Reserva legal	(824.490)	(824.490)	0,0%
Reserva de lucros	(32.078)	46.207	(169,4%)

INFORMAÇÕES ADICIONAIS OBRIGATÓRIAS

RECEITA E MERCADO

As tarifas de pedágio cobradas pela Autopista Fernão Dias são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A partir da zero hora do dia 19 de dezembro de 2024, a tarifa de veículos de passeio passou de R\$2,90 para R\$3,00 e para as demais categorias, conforme demonstrado na tabela da seção Indicadores Operacionais – subitem (d) Aspectos Financeiros.

Em 2024, o tráfego pedagiado totalizou 186,2 milhões de veículos equivalentes, este volume de veículos equivalentes foi 7,6% superior aos 172,9 milhões registrados em 2023.

A receita operacional bruta da Companhia atingiu a marca de R\$ 801,0 milhões com as atividades de transporte rodoviário, representando um aumento de 1,9% sobre 2023, quando totalizou R\$ 785,7 milhões.

INVESTIMENTOS

Durante o ano de 2024, foram investidos R\$ 309,3 milhões. Estes valores, quando adicionados aos R\$ 328,4 milhões realizados em 2023, perfazem o montante de R\$ 3.987,9 milhões realizados nos 17 primeiros anos de implementação do plano de investimentos da companhia no processo de recuperação, ampliação e modernização do sistema da rodovia.

Investimentos (em R\$ mil)	2024	2023	%
Ampliação da Rodovia	(176.233)	(176.333)	(00%)
Recuperação do Pavimento Asfáltico	(133.078)	(152.019)	(12%)
Total	(309.311)	(328.351)	(06%)

CAPTAÇÕES DE RECURSOS

Para viabilizar os investimentos e aquisições de ativos operacionais, a Concessionária captou um total de R\$ 2.610,5 milhões em recursos de empréstimos e financiamentos de diversas fontes, destacando-se as linhas de debêntures públicas, com o valor de R\$ 876,9 milhões.

VALOR ADICIONADO

Em 2024, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Concessionária foi de R\$ 247,7 milhões, representando 30,8 % da Receita Operacional Bruta, representando um decréscimo de 12% com relação ao ano de 2023, em que o valor adicionado foi de R\$ 281,3 milhões representando 35,7% da Receita Operacional Bruta daquele exercício.

POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente.

Nos anos em que há lucro apurado, os dividendos são deliberados em Assembleia Geral Ordinária realizada após a divulgação do resultado do exercício.

No ano de 2023, o valor de distribuição de dividendos foi de R\$ 10,9 milhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



PLANEJAMENTO EMPRESARIAL

O êxito que as Concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

GESTÃO PELA QUALIDADE TOTAL

Em 2024, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, qualidade de gestão e o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios.

RECURSOS HUMANOS

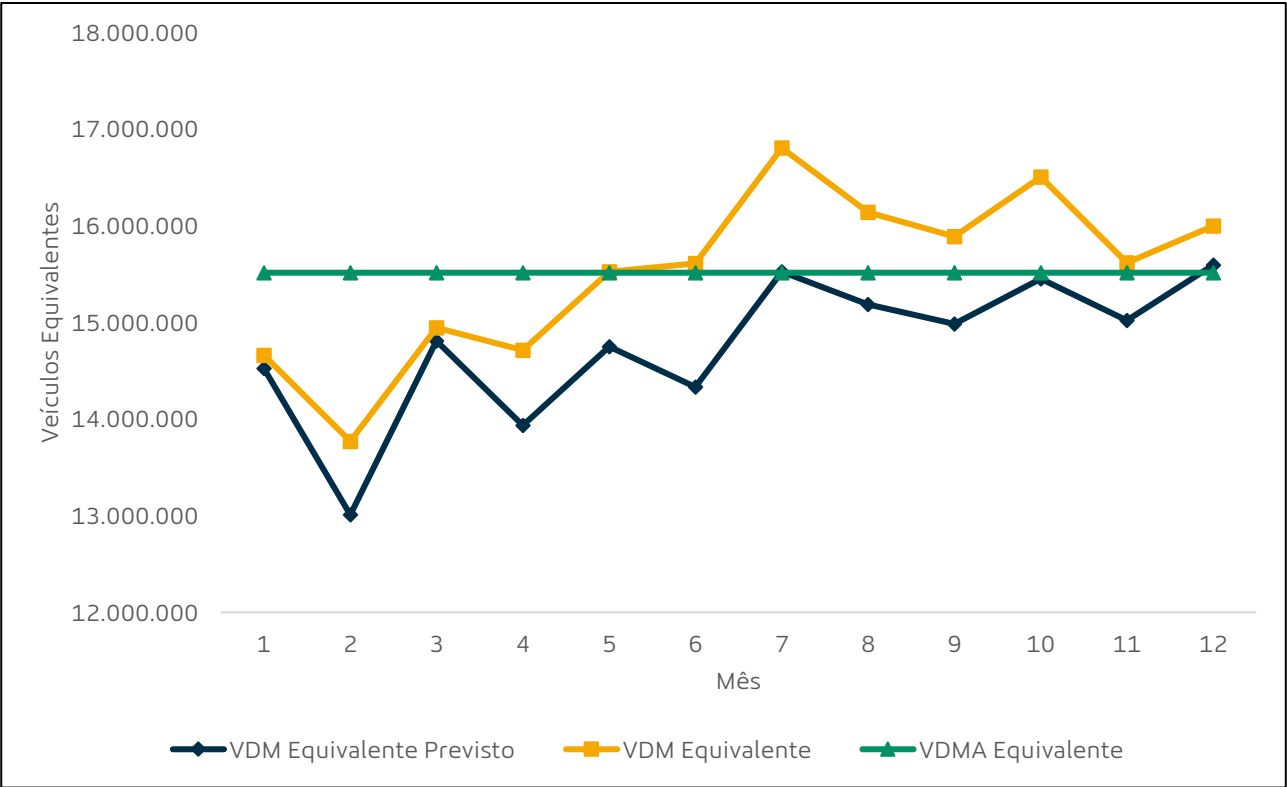
Em 2024, a Concessionária investiu R\$ 65 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Concessionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais.

INDICADORES OPERACIONAIS

A) CARACTERIZAÇÃO DO TRÁFEGO

VOLUME

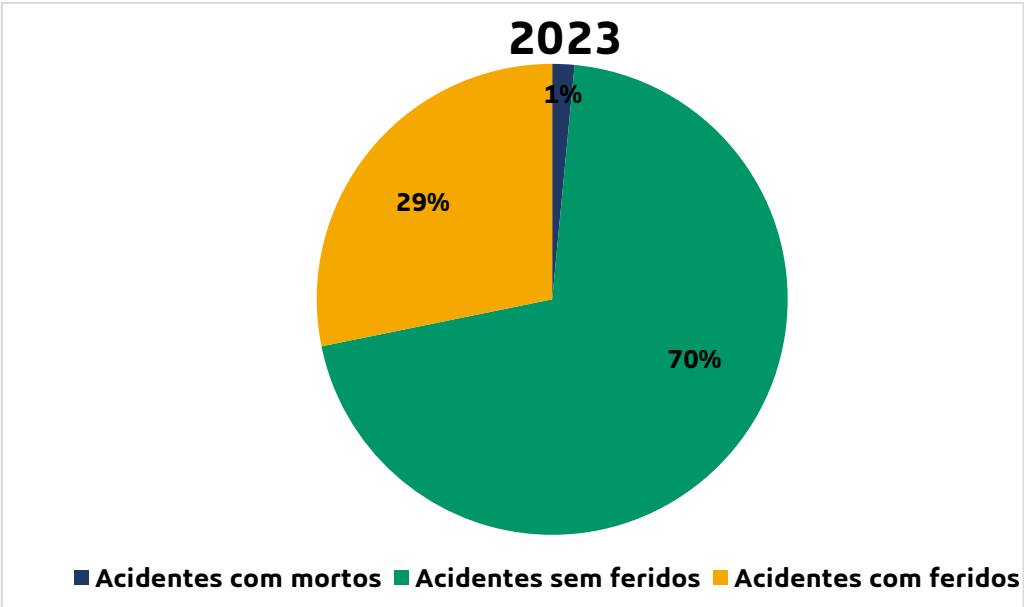
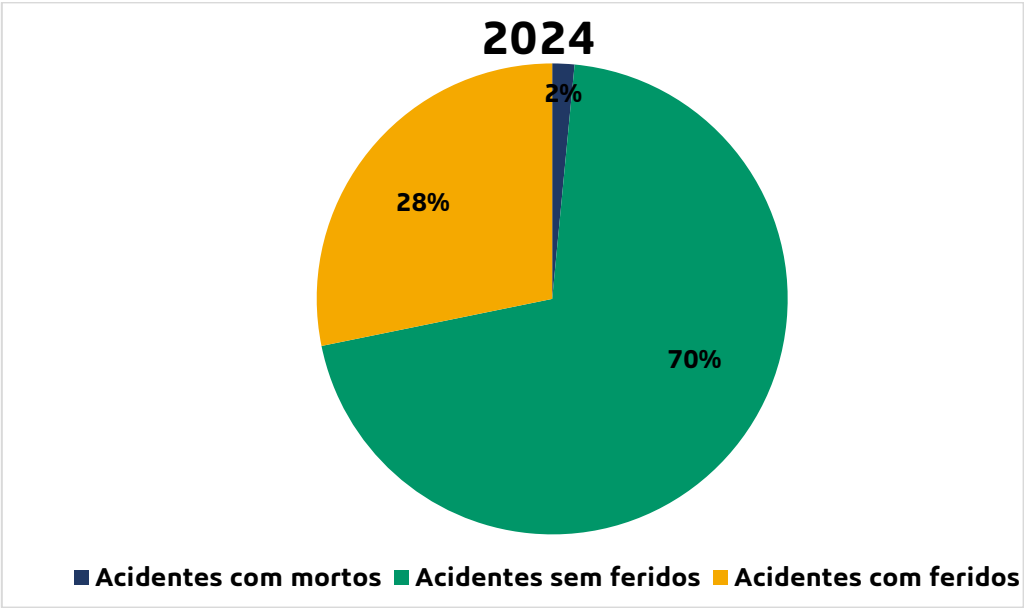
Na figura é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.



B) CARACTERIZAÇÃO DO TRÁFEGO

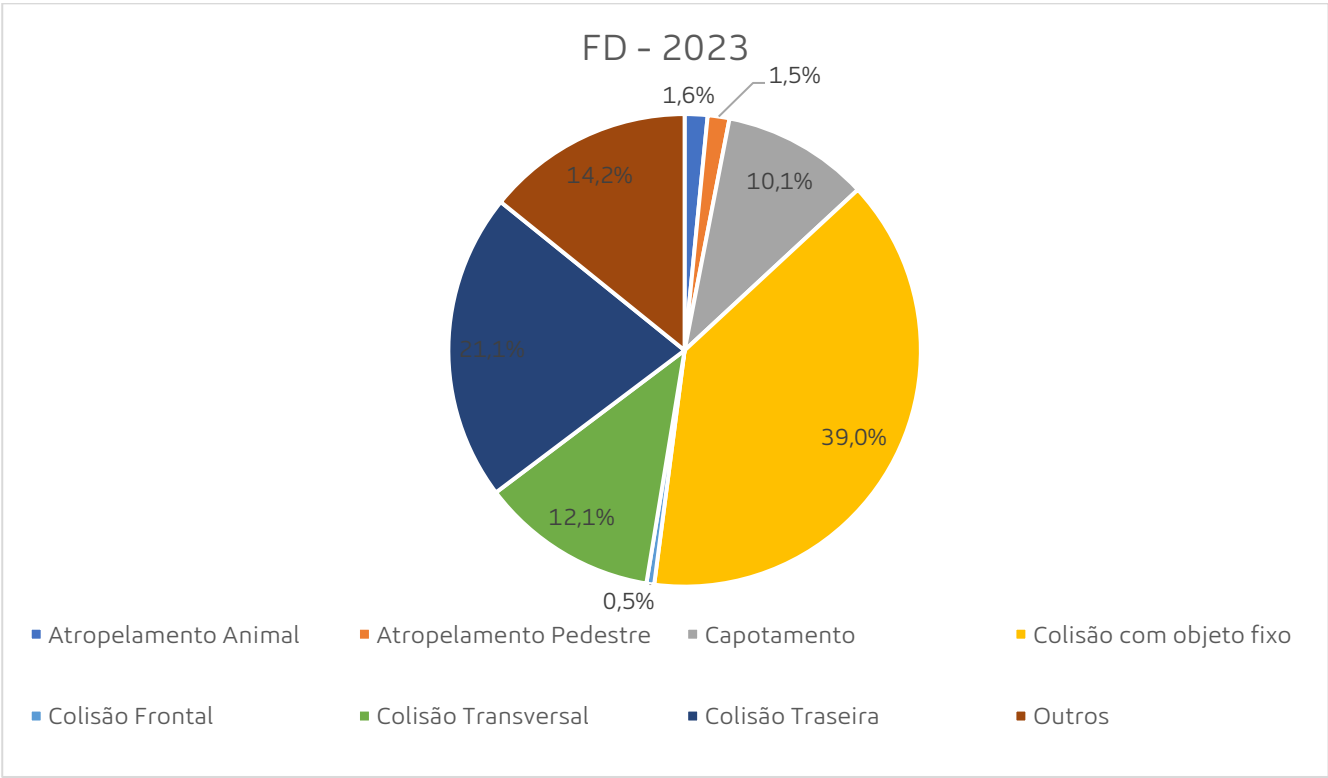
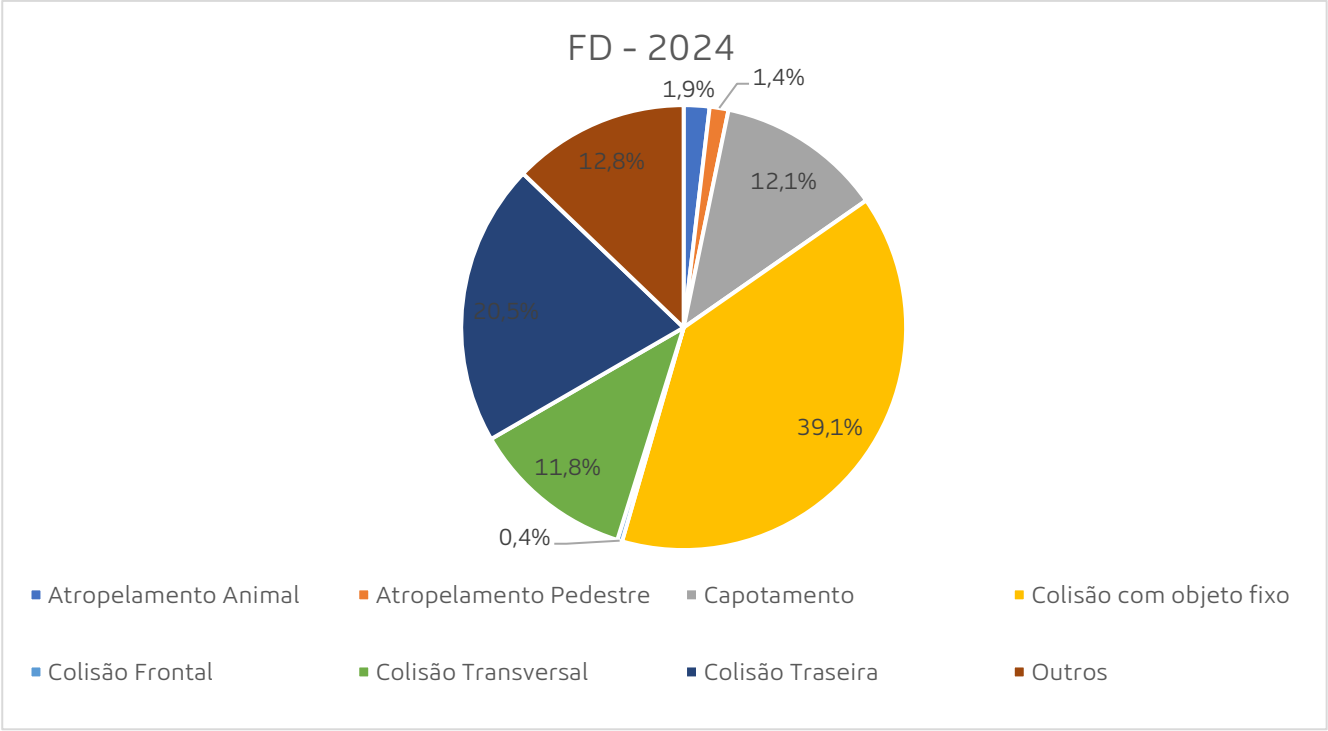
ACIDENTES

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.



A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



C) DADOS DE OPERAÇÃO DA CONCESSÃO

VEÍCULOS ALOCADOS

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

TIPOS DE VEÍCULOS ALOCADOS NA CONCESSÃO

Tipo de veículo	Oficiais	Reservas	Total	Qtde/405,56 km
Viatura de Inspeção	13	4	17	3,02%
Guincho Leve	14	4	18	3,20%
Guincho Pesado	8	1	9	1,60%
Caminhão Pipa*	3	0	3	0,53%
Caminhão Munck	3	0	3	0,53%
AC - Ambulância Stand	12	5	17	3,02%
AD - Ambulância UTI	6	1	7	1,25%
Moto de inspeção	2	0	2	0,36%
Total de veículos operacionais	61	15	76	13,52%
Administração	6	0	6	1,07%
Tráfego	0	0	0	0,00%
Operação	11	0	11	1,96%
Arrecadação	0	0	0	0,00%
Segurança de trabalho	5	0	5	0,89%
Manutenção Tecnológica	1	0	1	0,18%
Obras e Conserva*	50	0	50	8,90%
Caminhonete ANTT	3	0	3	0,53%
Total de veículos de apoio	76	0	76	13,52%
Total de veículos	137	15	152	27,04%

FUNCIONÁRIOS ALOCADOS

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários Empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipo de pessoas	Quantidade	Qtde/10.000
TRÁFEGO		
OPERADOR DE GUINCHO	55	0,00
INSPETOR DE TRAFEGO	61	0,00
OPERADOR DE GUINCHO PESADO	41	0,00
OPERADOR DE PIPA	11	0,00
SUPERVISOR DE OPERACOES	6	0,00
OPERADOR DE GUINCHO MUNCK	10	0,00
INSPETOR DE TRÁFEGO MOTOCICLISTA	1	0,00
COORDENADOR DE OPERACAO	3	0,00
ANALISTA DE TRAFEGO JR	2	0,00

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



GERENTE DE OPERACOES	1	0,00
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1	0,00
OPERADOR DE CCO	1	0,00
TOTAL TRÁFEGO	193	0,00
ARRECADAÇÃO		
OPERADOR DE PEDAGIO	285	0,00
CONTROLADOR DE PEDAGIO I	34	0,00
ANALISTA DE CCA JR	1	0,00
TOTAL ARRECADAÇÃO	320	0,00
OPERAÇÃO		
OPERADOR DE CCO	18	0,00
LÍDER DE CCO	4	0,00
ANALISTA DE CCO JR	1	0,00
TOTAL OPERAÇÃO	23	0,00
DEMAIS ÁREAS		
INSPETOR DE FISCALIZACAO III	2	0,00
INSPETOR DE FISCALIZACAO II	3	0,00
INSPETOR DE FISCALIZACAO I	7	0,00
ASSISTENTE TECNICO III	1	0,00
ENGENHEIRO II	1	0,00
TECNICO DE SEGURANCA DO TRABALHO PL	3	0,00
ASSISTENTE TECNICO IV	1	0,00
ENGENHEIRO I	3	0,00
ANALISTA ADMINISTRATIVO JR	3	0,00
AUXILIAR DE TOPOGRAFIA II	1	0,00
ANALISTA DE CCSO JR	3	0,00
COORDENADOR DE IMPLANTAÇÃO E CONSERVA	3	0,00
ANALISTA DE ENGENHARIA SR	1	0,00
ANALISTA DE MANUTENCAO PL	2	0,00
ASSISTENTE TECNICO I	3	0,00
TOPOGRAFO	1	0,00
ANALISTA DE ENGENHARIA JR	5	0,00
ANALISTA DE ENGENHARIA PL	1	0,00
ANALISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL PL	1	0,00
ANALISTA DE FAIXA DE DOMÍNIO JR	2	0,00
TECNICO DE SISTEMAS II	1	0,00
COORDENADOR DE PAVIMENTO	1	0,00
MOTORISTA DE CAMINHÃO BARREIRA	4	0,00
ANALISTA DE COMUNICACAO SR	1	0,00
ANALISTA DE CONTROLADORIA PL	1	0,00
ANALISTA DE RH PL	1	0,00
LABORATORISTA I	3	0,00
ANALISTA PREDIAL SR	1	0,00
INSPETOR DE FAIXA DE DOMÍNIO JR	1	0,00
COORDENADOR DE LABORATORIO	2	0,00
ANALISTA DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS SR	1	0,00
GERENTE DE CONTRATO DE CONCESSÃO	1	0,00
ANALISTA DE FACILITIES PL	1	0,00
GERENTE TÉCNICO	1	0,00
INSPETOR DE PAVIMENTO III	3	0,00
ANALISTA DE MEIO AMBIENTE PL	1	0,00
ANALISTA DE SISTEMAS JR	1	0,00
COORDENADOR DE ENGENHARIA	1	0,00
GERENTE DE IMPLANTAÇÃO E CONSERVA	1	0,00
COORDENADOR DE MEIO AMBIENTE	1	0,00
ANALISTA DE MOBILIDADE SR	1	0,00
INSPETOR DE PAVIMENTO I	3	0,00
DIRETOR SUPERINTENDENTE	1	0,00
ANALISTA DE PLANEJAMENTO PL	1	0,00
ANALISTA DE QUALIDADE PL	1	0,00
MOTORISTA II	1	0,00

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



ANALISTA DE FAIXA DE DOMÍNIO PL	1	0,00
MEDICO DO TRABALHO	1	0,00
ANALISTA DE PLANEJAMENTO FÍSICO SR	1	0,00
ANALISTA ADMINISTRATIVO PL	1	0,00
COORDENADOR DE CONTROLADORIA	1	0,00
ANALISTA DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS JR	1	0,00
AUXILIAR DE LABORATORIO I	1	0,00
ANALISTA DE PLANEJAMENTO FÍSICO PL	1	0,00
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	2	0,00
GERENTE FINANCEIRO	1	0,00
GERENTE JURIDICO	1	0,00
SECRETARIA JR	1	0,00
ENCARREGADO I	1	0,00
TECNICO DE SEGURANCA DO TRABALHO JR	2	0,00
ENGENHEIRO COORDENADOR DE SEGURANCA DO TRABALHO	1	0,00
ANALISTA DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO PL	1	0,00
ANALISTA DE COMUNICACAO JR	1	0,00
COORDENADOR DE SALA TECNICA	1	0,00
ADVOGADO JR	1	0,00
ENCARREGADO II	1	0,00
ENGENHEIRO CIVIL I	1	0,00
ANALISTA DE MEDICAO SR	1	0,00
INSPETOR DE PAVIMENTO II	1	0,00
JOVEM PROFISSIONAL	1	0,00
ESPECIALISTA DE GEOTECNIA	1	0,00
TECNICO DE ENGENHARIA SR	1	0,00
GERENTE DE OBRAS	1	0,00
COORDENADOR DE MONITORAÇÃO	1	0,00
TOTAL DE MAIS ÁREAS	113	0,00
TOTAL GERAL	649	0,00

D) DADOS DE OPERAÇÃO DA CONCESSÃO

O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere à renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

RECEITA (EM R\$ MIL)

Receita	Em 2024	Acumulada
	800.976	4.626.941

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

INVESTIMENTOS (EM R\$ MIL)

Investimentos	Em 2024	Acumulada
	309.311	3.987.869

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



CUSTOS OPERACIONAIS (EM R\$ MIL)

Custos Operacionais	Em 2024	Acumulada
	595.336	6.100.464

ISS REPASSADOS (EM R\$ MIL)

ISS	Em 2024	Acumulada
	27.023	325.014

TARIFA

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Praça de Pedágio	Cobrança	CAT 1	CAT 2	CAT 3	CAT 4	CAT 5	CAT 6	CAT 7	CAT 8	CAT 9
P1 - Mairiporã Norte (Defasada)	Unidirecional	3	6	4,5	9	6	12	15	18	1,5
P1 - Mairiporã Norte	Unidirecional	3	6	4,5	9	6	12	15	18	1,5
P1 - Mairiporã Sul	Unidirecional	3	6	4,5	9	6	12	15	18	1,5
P2 Vargem	Bidirecional	3	6	4,5	9	6	12	15	18	1,5
P3 - Cambuí	Bidirecional	3	6	4,5	9	6	12	15	18	1,5
P4 - São Gonçalo do Sapucaí	Bidirecional	3	6	4,5	9	6	12	15	18	1,5
P5 - Carmo da Cachoeira	Bidirecional	3	6	4,5	9	6	12	15	18	1,5
P6 - Santo Antônio do Amparo	Bidirecional	3	6	4,5	9	6	12	15	18	1,5
P7 - Carmópolis de Minas	Bidirecional	3	6	4,5	9	6	12	15	18	1,5
P8 - Itatiaiuu	Bidirecional	3	6	4,5	9	6	12	15	18	1,5

CONCESSONÁRIA EM NÚMEROS

Dados anuais e por empresa	KM
Quilômetros de rodovia	562,1

Número de veículos que transitaram	Nº	%
CAT-01	51.887.776	62,0%
CAT-02	5.520.870	6,6%
CAT-03	249.986	0,3%
CAT-04	6.104.050	7,3%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



CAT-05	50.424	0,1%
CAT-06	4.443.750	5,3%
CAT-07	3.962.668	4,7%
CAT-08	9.976.333	11,9%
CAT-09	1.495.730	1,8%
TOTAL	83.691.587	100,0%

Número de praças de pedágios	Nome das praças de Pedágio
P1 Norte	Mairiporã (Defasada)
P1 Norte	Mairiporã
P1 Sul	Mairiporã
P2	Vargem
P3	Cambuí
P4	São Gonçalo do Sapucaí
P5	Carmo da Cachoeira
P6	Santo Antônio do Amparo
P7	Carmópolis de Minas
P8	Itatiaiuçu

Praça de Pedágio	Cobrança	CAT 1	CAT 2	CAT 3	CAT 4	CAT 5	CAT 6	CAT 7	CAT 8	CAT 9
P1 - Mairiporã Norte (Defasada)	Unidirecional	3	6	4,5	9	6	12	15	18	1,5
P1 - Mairiporã Norte	Unidirecional	3	6	4,5	9	6	12	15	18	1,5
P1 - Mairiporã Sul	Unidirecional	3	6	4,5	9	6	12	15	18	1,5
P2 Vargem	Bidirecional	3	6	4,5	9	6	12	15	18	1,5
P3 - Cambuí	Bidirecional	3	6	4,5	9	6	12	15	18	1,5
P4 - São Gonçalo do Sapucaí	Bidirecional	3	6	4,5	9	6	12	15	18	1,5
P5 - Carmo da Cachoeira	Bidirecional	3	6	4,5	9	6	12	15	18	1,5
P6 - Santo Antônio do Amparo	Bidirecional	3	6	4,5	9	6	12	15	18	1,5
P7 - Carmópolis de Minas	Bidirecional	3	6	4,5	9	6	12	15	18	1,5
P8 - Itatiaiuu	Bidirecional	3	6	4,5	9	6	12	15	18	1,5

Rodovia	Marcos km	Extensão linear	Km de pista proporcional
BR 381/MG	478,2 - 949,9	471,7	943,4
BR 381/SP	0,00 - 90,4	90,4	180,8
Total		562,1	1124,2

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Rodovia	Nível A	Nível B	Nível C	Nível D	Nível E	Nível F
BR-381/MG	61,7%	605,9%	203,1%	19,5%	22,6%	32,5%
BR-381/SP	0,0%	1,8%	65,0%	61,8%	26,4%	25,9%
BR-381 Contorno de Betim	0,0%	0,0%	11,4%	3,5%	0,0%	0,0%

Mês	Média diária	%
Jan	472.899	8%
Fev	474.811	8%
Mar	482.031	8%
Abr	490.406	8%
Mai	500.719	8%
Jun	520.298	9%
Jul	542.044	9%
Ago	520.605	9%
Set	529.638	9%
Out	532.329	9%
Nov	520.510	9%
Dez	516.029	8%
Total	6.102.319,00	100%

Trânsito Médio Diário Anual Equivalente	508.527
---	---------

Áreas	
Administrativo	39
Jurídico	0
Comunicação	1
Meio Ambiente	3
Centro de Controle Operacional	14
Arrecadação	180
Conservação (engenharia)	1
Pavimentação (engenharia)	43
Obras (engenharia)	4
Projetos (engenharia)	0
Manutenção Tecnológica (rodovia)	13
Faixa de Domínio	3
Segurança do Trabalho	3
Tráfego	109

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



BR-381/MG - Parâmetro	Atendem %	Não Atendem %
Percentual de Área Trincada - TR	99,77%	0,23%
Irregularidade Longitudinal	77,28%	22,72%

BR-381/SP - Parâmetro	Atendem %	Não Atendem %
Percentual de Área Trincada - TR	99,77%	0,23%
Irregularidade Longitudinal	73,90%	26,10%

BR-381/MG- Contorno - Parâmetro	Atendem %	Não Atendem %
Percentual de Área Trincada - TR	99,77%	0,23%
Irregularidade Longitudinal	93,75%	6,25%

Receita de pedágio	2024	Acumulada
Total	540.439	4.847.941

Custos associados às receitas de pedágio	(500.811)
--	-----------

Fator Trabalho	2024	2023
Número de Trabalhadores	706	755
Despesa de Pessoal	59.988	55.087

Fator Capital	2024	2023
Despesas de Depreciação	Método linear	Método linear
Ativo Líquido	30.064	30.739
Ativo Bruto	6.371.660	6.812.434
Série Histórica dos Investimentos	7.795.663	6.879.345
Custo de Oportunidade do Capital	Conforme variáveis de mercado	

Fatores Intermediários	2024	2023
Despesas em Administração	10.698	14.750
Despesas em Manutenção	4.241	3.973

Tipos de Acidentes	2024	2023
--------------------	------	------

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Com danos materiais	6.529	5.518
Com vítimas feridas	2.620	2.442
Com vítimas fatais	141	109

Indicadores	2024	2023
Receita por KM	961	857
Custo por KM	891	874

BALANÇO SOCIAL

Balança Social		2024		2023		
1 - Base de cálculo	Valor	% FPB	% RL	Valor	% FPB	% RL
Faturamento Bruto	800.976			785.686		
Receita líquida (RL)	753.238			743.065		
Resultado operacional (RO)	(12.014			96.823		
Folha de pagamento bruta (FPB)	25.632			27.174		
Folha de pagamento bruta - total remunerações	25.632			27.174		
Folha de pagamento bruta - total pago a empresas prestadoras de serviços	N/A			N/A		
2 - Indicadores sociais internos						
Alimentação	5.830	22,7%	0,8%	5.611	20,6%	0,8%
Encargos Sociais Previdência privada	11.264	43,9%	1,5%	10.430	38,4%	1,4%
Saúde	243	0,9%	0,0%	275	1,0%	0,0%
Saúde no trabalho	5.243	20,5%	0,7%	4.541	16,7%	0,6%
Educação	481	1,9%	0,1%	313	1,2%	0,0%
Cultura	5	0,0%	0,0%	22	0,1%	0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Creches ou auxílio creche	78	0,3%	0,0%	98	0,4%	0,0%
Participação nos lucros ou resultados	450	1,8%	0,1%	488	1,8%	0,1%
Outros	3.011	11,7%	0,4%	2.806	10,3%	0,4%
	353	1,4%	0,0%	338	1,2%	0,0%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Total - Indicadores sociais internos	26.958	105,2%	3,6%	24.922	91,7%	3,4%
3 - Indicadores sociais externos						
Educação	112	0,4%	0,0%	190	0,7%	0,0%
Cultura	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Saúde e saneamento	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Esporte	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Outros	5	0,0%	0,0%	17	0,1%	0,0%
Total de contribuições à sociedade	117	0,5%	0,0%	207	0,8%	0,0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	47.503	185,3%	6,3%	42.403	156,0%	5,7%
Total - Indicadores sociais externos	47.620	185,8%	6,3%	42.610	156,8%	5,7%
4 - Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	76	0,3%	0,0%	227	0,8%	0,0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	1.336	5,2%	0,2%	1.473	5,4%	0,2%
Total de investimentos em meio ambiente	1.413	5,5%	0,2%	1.700	6,3%	0,2%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:	() Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% (x) Cumpre de 75 a 100%			(x) Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% () Cumpre de 75 a 100%		
5 - Indicadores do corpo funcional						
N º de colaboradores ao final do período	706			755		
Tempo de serviço	15,1% 6,9%	até seis meses de seis meses a um ano		13,4% 7,3%	até seis meses de seis meses a um ano	

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



	9,7%	entre um e dois anos	14,7%	entre um e dois anos
	20,2%	entre dois e cinco anos	28,0%	entre dois e cinco anos
	35,5%	mais de cinco anos	30,1%	mais de cinco anos
Nº de admissões durante o período	233		212	
Nº de demissões durante o período	282		270	
Nº de colaboradores terceirizados	1.140		1.330	
Nº de estagiários (as)	7		7	
Nº de colaboradores com até 18 anos	25		19	
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	85		100	
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	439		487	
Nº de colaboradores acima de 45 anos	157		149	
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	346		357	
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0,3%		0,3%	
Remuneração paga a mulheres no período	8.824		8.882	
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	58		62	
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0%		0%	
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	28		31	
Total de horas extras trabalhadas (quantidade horas)	48.682		72.772	
Total de horas extras pagas (valor)	1.233		1.650	

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Total de INSS pagos	8.432	8.305
Total de FGTS pago	2.190	1.924
Total de Contribuição Sindical paga	0	0
Totals dos demais encargos sociais pagos	0	0
Total de IRRF recolhido no período	2.103	2.674
Total de ICMS recolhidos no período	0	0
Total de IRPJ recolhido no período	(6.497)	0
Total de CSLL recolhido do período	(1)	0
Total de PIS recolhidos no período	3.447	3.079
Total de COFINS recolhidos no período	15.911	14.211
Total de outros tributos recolhidos no período	27.097	24.157

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	44	46
Número total de acidentes de trabalho	0	0
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	() direção e gerenciais () todos os colaboradores	() direção e gerenciais () todos os colaboradores

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



	(X) todos + CIPA		(X) todos + CIPA	
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT () direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores		() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT () direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	
A previdência privada contempla:	() não se aplica () direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores		() não se aplica () direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos		() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos	
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva		() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva	
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	33% no PROCON 5% na Justiça		0% no PROCON 12% na Justiça	
% de reclamações e críticas solucionadas:	247.664		271.955	
Valor adicionado total a distribuir	15,9%	Governo	3,8%	Governo
Distribuição do Valor Adicionado	4,3%	Acionistas	30,2%	Acionistas
Distribuição do Valor Adicionado - Acionistas	24,2%	Colaboradores	20,3%	Colaboradores

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Distribuição do Valor Adicionado - Terceiros	55,5%	Terceiros	45,8%	Terceiros
Distribuição do Valor Adicionado - Retidos	0,0%	Retidos	0	Retidos

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e relatório do auditor independente

Notas Explicativas

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fernão Dias S.A. (“Sociedade” ou “Fernão Dias”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), situada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, na Rodovia Fernão Dias, BR 381, Km 850,5. Constituída em 19 de dezembro de 2007 e sua controladora e *holding* é a Arteris S.A.

A Sociedade que tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-381 - SP/MG, compreendendo o trecho entre São Paulo e Belo Horizonte, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Arteris S.A. (“Controladora”) é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos (i) a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil I, (ii) a Brookfield Aylesbury-LLC, e a (iii) *holding* brasileira PDC Participações S.A. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Mundys S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

2. CONCESSÃO

A Sociedade está em plena operação desde 09 de setembro de 2010, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-381/km 65+559 P1-Norte e 66+572 P1-Sul – Mairiporã-SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 88 km de terceira faixa.
- 94,26 km de vias laterais.
- 8,3 km de variantes/contornos.
- Construção de 50 passarelas.
- Construção de 8 praças de pedágio.
- Construção de 12 Bases de Serviços Operacionais – BSO’s.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.
- Implantação de 8 trevos em desnível em pista dupla.
- Implantação de 208.681 metros de defensas metálicas.
- Implantação de 62.556 metros de barreiras de concreto.
- Implantação de 1 retorno operacional.
- Remodelação do Sistema Viário entre o km 88 ao km 90,4.
- Recomposição de Talude em Gabião no Contorno de Betim (fora da faixa) – Córrego Santo Antônio.
- Adicional de 48 km de terceiras faixas

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos apresentados nas revisões ordinárias e divulgados em nota técnica pelo poder concedente, aplicando o reajuste a partir da publicação em Diário Oficial da União.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à Sociedade ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Notas Explicativas

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são:

- (a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.
O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$7.916. A partir de 31 de dezembro de 2024 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$64.647 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.
- (b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- (c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.
- (d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão.
- (e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- (f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.
- (g) O estatuto social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.
- (h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$1.368.837 (R\$1.384.406 em 31 de dezembro de 2023) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$340.873 (R\$334.889 em 31 de dezembro de 2023) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas conforme descrito no subitem 'Momento de reconhecimento do ativo intangível' da nota explicativa nº 3.

Teste de recuperabilidade de ativos (Impairment)

A Sociedade testa anualmente seus ativos para *impairment* ou quando há indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável.

Com o aumento dos custos na construção civil, o crescimento econômico do país não vem acompanhando nas mesmas proporções, gerando uma situação de desequilíbrio.

Como consequência, uma vez que a Sociedade segue mantendo seus compromissos de atendimento às obrigações contratuais e de serviços aos usuários, a pressão sobre os fluxos de caixa futuros indicou a necessidade de registro do complemento da provisão para desvalorização de ativos. Essa provisão no montante de R\$ 94.150 (R\$16.656 em 31 de dezembro de 2023) (efeito não caixa) foi reconhecida, registrada no resultado da Sociedade sob a rubrica "Provisão para Redução ao Valor Recuperável" em contrapartida ao saldo do ativo intangível.

Termos de Ajustes de Conduta - TAC com ANTT

No dia 27 de dezembro de 2024 foi celebrado Termo de Ajuste de Conduta na Modalidade Multas - TAC Multas entre a Sociedade e ANTT tendo por objetivo a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa, mediante conversão em obrigação de investimento, nos termos do § 3º do art. 1º da Resolução nº 5.823, de 2018.

O valor de referência do TAC Multas é de R\$275.909, que corresponde ao somatório das multas previstas no âmbito dos processos administrativos, considerados os descontos concedidos. Dentre os investimentos a serem realizados, destacamos a realização de áreas de escapes em pontos críticos da rodovia, implantação de passarelas, pontos de ônibus, ponto de parada para descanso, e melhorias de acessos e intersecções que irão contribuir na melhora e fluidez do tráfego, além de trazer mais conforto e segurança para os usuários da rodovia. Além disso, estudos apontam que obras dessa natureza melhoram a fluidez do trânsito e consequente melhora no tráfego.

Com base nessas estimativas a Sociedade realizou o estorno das provisões de contingências regulatórias que compõem o TAC. À medida que as obras forem executadas, será constituído ativo intangível ao qual será

Notas Explicativas

amortizado pelo prazo de concessão refletindo melhor a fruição dos benefícios gerados pelas obras do TAC. A extinção do TAC Multas não exige a Sociedade de executar as obrigações inadimplidas que tenham sido iniciadas até a respectiva data de assinatura.

Repactuação

A Portaria nº 848 de 25 de agosto de 2023 do Ministério dos Transportes estabelece a política pública e os procedimentos relativos à readaptação e otimização dos contratos de concessão, no que se refere à exploração da infraestrutura de transporte rodoviário federal. A Sociedade informa que mantém conversas junto aos órgãos governamentais de modo a viabilizar a otimização do contrato de concessão da Sociedade. Em 05 de dezembro de 2023, a Sociedade protocolou pedido de otimização junto à ANTT, ao qual foi aceito e seguem os trâmites previstos.

Em 31 de dezembro de 2024 não há nenhum andamento no processo que indique a necessidade de ajustes materiais nas demonstrações contábeis.

A Sociedade manterá os seus acionistas e o mercado em geral atualizados sobre as informações adicionais relacionadas aos temas divulgados acima.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2025.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos contábeis apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

(i) Julgamentos

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Notas Explicativas

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos:

- (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.
- (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 17.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão.

(ii) Estimativas

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade reconhece provisão para demandas judiciais fiscais, cíveis, trabalhistas, regulatórios e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 17.

Imposto diferido

O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 7.

Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado.

A Sociedade determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de

Notas Explicativas

desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A partir de 01 de janeiro de 2024 entraram em vigor as seguintes alterações dos CPC's:

- CPC 40 referentes a acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado"). A Administração avaliou e concluiu que não há impacto a ser refletido ou demonstrado nas demonstrações contábeis uma vez que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há saldos de acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado").
- CPC 26 que introduziu mudanças na forma de tratamento de passivos circulantes ou não circulantes e passivos não circulantes com *covenants*. Tais alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório. Quando um passivo inclui uma opção de conversão de contraparte pela qual o passivo pode ser liquidado por uma transferência das próprias ações de uma entidade. A Sociedade deve levar em consideração a opção de conversão ao classificar o passivo principal como circulante ou não circulante, a menos que a opção seja classificada como patrimônio líquido de acordo com o CPC 39.

A Sociedade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

4.1 Contratos de concessão de serviços

A natureza do contrato de concessão da Sociedade está descrita na nota explicativa nº 2.

4.1.1 Receitas

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Sociedade que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Sociedade. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

4.1.2 Ativos intangíveis

A Sociedade quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Sociedade poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

4.2 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data de fechamento. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado.

Notas Explicativas

4.3 Instrumentos financeiros

4.3.1 Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

4.3.2 Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

(a) Custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas

4.4 Arrendamento mercantil

No início de um contrato, a Sociedade avalia se o mesmo é ou contém um arrendamento.

Portanto é, ou contém um arrendamento, quando transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Sociedade amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade.

A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Sociedade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo

A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do exercício, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

4.5 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido das despesas de depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 10, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Notas Explicativas

4.6 Outros ativos intangíveis

Reconhecimento e mensuração

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Sociedade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados, as taxas de amortização estão divulgadas na nota explicativa nº 11. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

4.7 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda.

Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos é agrupado em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC.

Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço das tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before taxes* - EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

Se o montante recuperável da UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

4.8 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos.

4.9 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável que excede R\$ 240 por ano para o imposto de

Notas Explicativas

renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Impostos correntes

A Sociedade determinou que o imposto mínimo complementar global - que é obrigado a pagar de acordo com a legislação do Pilar Dois - é um imposto de renda no escopo do CPC 32. A Sociedade aplicou a isenção obrigatória temporária da contabilização do imposto diferido para os impactos do imposto complementar e o contabiliza como um imposto corrente quando incorrido.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período de projeto da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

4.10 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Notas Explicativas

Provisão para investimentos

Provisão para investimentos: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa média de 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 7,61% a.a. em 31 de dezembro de 2024 (5,78% a.a. em 31 de dezembro de 2023). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco.

Provisão para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas

A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

4.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.12 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

4.13 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Notas Explicativas

4.14 Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

4.15 Aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas

As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a investimentos ou outros fins, sendo estes títulos lastreados em NTN-B, NTN-Over e LFT-Over, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa.

As aplicações financeiras vinculadas possuem tal característica devido ao cumprimento de obrigações contratuais exigíveis contemplando as modalidades de debêntures.

No que se trata de mensuração, ambas são registradas pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

4.16 Debêntures

As debêntures são mensuradas ao valor justo através do resultado, representando de forma fidedigna os montantes que seriam pagos em caso de aquisição na data do exercício findo.

4.17 Capital Social

O capital social é representado por ações ordinárias, as quais, são classificadas em rubricas do patrimônio líquido seguindo as diretrizes exigidas pelos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC.

4.18 Partes relacionadas, dividendos e juros sobre o capital próprio

As transações com partes relacionadas abrangem movimentações referentes à juros sobre mútuo entre as partes, despesas administrativas e financeiras com encargos sobre debêntures privadas quando do capital de giro utilizado para fins de execução do plano de investimentos da Sociedade.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 18.

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis, conforme divulgado na nota explicativa nº 18.

4.19 Contas a receber

As contas a receber de clientes são reconhecidas na mensuração inicial a valor justo e posteriormente pelo seu custo amortizado, menos a estimativa de provisão para perdas esperadas. O ajuste a valor presente para efeito de determinação do montante de juros a apropriar com base no método da taxa de juros efetivos, não foi aplicado pela não relevância do impacto nas demonstrações contábeis.

A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é feita com base em uma análise de todas as quantias a receber existentes na data do balanço patrimonial. Uma provisão para perda esperada é registrada quando há evidência objetiva de que a Sociedade não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Registra-se a provisão para perda esperada no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. A estimativa de provisão para perda é reconhecida na demonstração do resultado, assim como suas reversões.

4.20 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido, inicialmente, pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. O ajuste a valor presente para efeito de determinação da taxa de juros efetivos não é aplicado nestas obrigações classificadas no curto prazo dada a não relevância do impacto nas demonstrações contábeis.

4.21 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Sociedade não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações contábeis:

Notas Explicativas

a) IFRS 18 Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis:

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 Apresentação das demonstrações contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações contábeis.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Sociedade ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Sociedade também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações contábeis, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

b) Outras Normas Contábeis:

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Sociedade:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e contas bancárias	2.728	11.502
Aplicações financeiras (a)	473.769	532.736
Total	476.497	544.238
<u>Aplicações financeiras</u>	31.12.2024	31.12.2023
Fundos de investimentos (b)	59.966	3.261
Total	59.966	3.261

(a) Os recursos aplicados por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 100,65% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (100,26% a.a. em 31 de dezembro de 2023). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade.

(b) As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em NTN-B, NTN-Over e LFT-Over, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. CONTAS A RECEBER E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Estão representados por:

	31.12.2024		31.12.2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pedágio eletrônico a receber	28.867	-	26.466	-
Cupons de pedágio a receber (a)	331	-	433	-
Cartões de pedágio a receber (b)	129	-	328	-
Receitas acessórias a receber (c)	2.834	1.223	4.247	3.550
Outras receitas a receber	1	-	1	-
Provisão para perdas esperadas (d)	(845)	-	(266)	-
Total	31.317	1.223	31.209	3.550

(a) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cupons vale-pedágio.

(b) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cartões de crédito e vale-pedágio.

(c) Valores a receber receitas acessórias referente ao uso da faixa de domínio, sendo os de maior relevância, para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos e receitas acessórias judicializados.

Notas Explicativas

(d) Refere-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa com contratos de permissão de uso da faixa de domínio, quais estão em processo de cobrança junto ao cliente. Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade provisionou para perdas esperadas o montante de R\$579 (R\$266 em 31 de dezembro de 2023).

Cronograma de recebimento:

	31.12.2024		31.12.2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos a vencer	29.664	1.223	31.443	3.550
Créditos vencidos até 60 dias	230	-	20	-
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	601	-	2	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	822	-	10	-
Créditos vencidos há mais de 181 dias	845	-	-	-
Total	32.162	1.223	31.475	3.550

A Sociedade avalia o risco de inadimplência do contas a receber com base em: (i) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (ii) situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (iii) analisa individualmente item (i) e (ii) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda. O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da concessionária.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	31.12.2024	31.12.2023
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(40.710)	13.213
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	13.841	(4.492)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(1.085)	(512)
IR e CS não constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias (*)	(4.124)	37.684
Total	8.632	32.680
<u>Despesas de imposto de renda e contribuição social:</u>		
Correntes	(220)	-
Diferido	8.852	32.680
	8.632	32.680
Alíquota efetiva de impostos	(21%)	247%

(*) Composição das bases de cálculo dos impostos demonstrada na tabela item 7.b)

Notas Explicativas

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

<u>Não circulante</u>	Imposto de renda e contribuição social diferido	
	ativo	
	31.12.2024	31.12.2023
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	544.899	545.211
Provisão de participação nos lucros	3.201	3.369
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	4.062	8.175
Outras provisões	1.267	3.520
Provisão para manutenção de rodovias	65.460	88.964
Amortização acumulada de obras futuras	41.285	36.135
Arrendamentos	1.525	2.113
Ajuste ao valor recuperável de intangível - <i>Impairment</i>	379.854	320.688
Provisão para perdas esperadas	845	266
Estorno de capitalização de juros	587	587
Amortização estorno de capitalização de juros	(323)	(291)
Base de cálculo diferenças temporárias	1.042.662	1.008.737
Alíquota nominal	34%	34%
Total	354.505	342.971
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	6.843	6.819
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas (c)	(76.678)	(76.678)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	42.207	37.989
Base de cálculo diferenças temporárias	(27.628)	(31.870)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(9.394)	(10.836)
Total do imposto de renda e contribuição social	345.111	332.135
Impostos diferidos não constituídos	192.975	188.851
Total do imposto de renda e contribuição social constituído	152.136	143.284

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio da concessão (UGC), que prevê um ciclo longo para a realização do prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto PIB, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes - EBT*).

(b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.

(c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

Notas Explicativas

Movimentos de resultados representados por:

	31.12.2024	31.12.2023
Prejuízo fiscal e base negativa	(312)	14.743
Provisão de participação nos lucros	(168)	102
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(4.113)	2.439
Outras provisões	(2.254)	(955)
Provisão para manutenção de rodovias	(23.504)	(25.636)
Amortização acumulada de obras futuras	5.150	5.515
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	24	328
Arrendamentos	(588)	798
Ajuste ao valor recuperável de intangível - <i>Impairment</i>	59.166	(16.511)
Provisão para perdas esperadas	579	266
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	4.218	4.222
Amortização estorno de capitalização de juros	(32)	(32)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	38.166	(14.721)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	12.976	(5.005)
Impostos diferidos não constituídos (*)	4.124	(37.685)
Total do imposto de renda e contribuição social	8.852	32.680

(*) Impostos diferidos não constituídos em razão de evidências de não recuperabilidade mediante o teste de *impairment* realizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitam a realização do ativo fiscal diferido até o limite de sua recuperabilidade.

O prazo para a realização do imposto diferido reconhecido é previsível até o final da concessão.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a debêntures. A seguir breve descrição dessas obrigações:

Debêntures

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio, até que a retenção no período entre os 15 dias de cada mês seja equivalente a 1/6 da próxima parcela vincenda de juros remuneratórios e amortização. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de debêntures.

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo é de R\$32.515 (R\$18.082 em 31 de dezembro de 2023), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 104,24% a.a. (97,75% a.a. em 31 de dezembro de 2023) da variação do CDI.

Notas Explicativas

9. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2023	21.273	3.550	1.348	30.627	62	394	57.254
Remensurações	-	227	1.149	1.693	45	-	3.114
Adições	-	-	-	3.478	-	-	3.478
Baixas	-	-	-	(3.887)	-	-	(3.887)
Saldo em 31.12.2024	21.273	3.777	2.497	31.911	107	394	59.959
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2023	(12.663)	(2.318)	(1.185)	(15.736)	(51)	(260)	(32.213)
Amortização	(4.492)	(1.240)	(736)	(12.639)	(37)	(67)	(19.211)
Baixas	-	-	-	3.887	-	-	3.887
Saldo em 31.12.2024	(17.155)	(3.558)	(1.921)	(24.488)	(88)	(327)	(47.537)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2023	8.610	1.232	163	14.891	11	134	25.041
Saldo em 31.12.2024	4.118	219	576	7.423	19	67	12.422
Taxas de amortização - a.a.	21%	33%	29%	35%	35%	17%	

Notas Explicativas

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2022	20.372	3.291	577	13.076	62	281	37.659
Remensurações	901	259	(200)	18.918	-	113	19.991
Adições	-	-	-	3.887	-	-	3.887
Transferências/reclassificações	-	-	971	(971)	-	-	-
Baixas	-	-	-	(4.283)	-	-	(4.283)
Saldo em 31.12.2023	21.273	3.550	1.348	30.627	62	394	57.254
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2022	(8.226)	(1.097)	(217)	(5.051)	(17)	(203)	(14.811)
Amortização	(4.437)	(1.221)	(442)	(13.445)	(34)	(57)	(19.636)
Transferências/reclassificações	-	-	(526)	526	-	-	-
Baixas	-	-	-	2.234	-	-	2.234
Saldo em 31.12.2023	(12.663)	(2.318)	(1.185)	(15.736)	(51)	(260)	(32.213)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2022	12.146	2.194	360	8.025	45	78	22.848
Saldo em 31.12.2023	8.610	1.232	163	14.891	11	134	25.041
Taxas de amortização - a.a.	21%	34%	33%	39%	55%	14%	

- (a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
(b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
(c) Refere-se a locação de veículos administrativos.
(d) Refere-se a locação de veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais relacionadas a conservação de rodovias.
(e) Refere-se a locação de computadores e impressoras.
(f) Refere-se a locação de sedes administrativas e terrenos.

Notas Explicativas

10. IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2023	2.907	6.536	3.651	5.083	18.177
Adições	27	119	-	54	200
Transferências/reclassificações (*)	4	162	-	2	168
Alienações/baixas	-	(15)	-	-	(15)
Saldo em 31.12.2024	2.938	6.802	3.651	5.139	18.530
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2023	(2.042)	(3.296)	(1.794)	(2.602)	(9.734)
Depreciação	(64)	(951)	(265)	(581)	(1.861)
Transferências/reclassificações	-	(1)	-	-	(1)
Alienações/baixas	-	15	-	-	15
Saldo em 31.12.2024	(2.106)	(4.233)	(2.059)	(3.183)	(11.581)
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2023	865	3.240	1.857	2.481	8.443
Saldo em 31.12.2024	832	2.569	1.592	1.956	6.949
Taxas de depreciação - a.a.	10%	16%	11%	9%	

Notas Explicativas

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2022	2.818	6.274	2.202	5.004	16.298
Adições	90	219	178	81	568
Transferências/reclassificações (*)	-	43	1.320	-	1.363
Alienações/baixas	(1)	-	(49)	(2)	(52)
Saldo em 31.12.2023	2.907	6.536	3.651	5.083	18.177
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2022	(1.806)	(2.342)	(1.570)	(2.193)	(7.911)
Depreciação	(237)	(954)	(249)	(410)	(1.850)
Alienações/baixas	1	-	25	1	27
Saldo em 31.12.2023	(2.042)	(3.296)	(1.794)	(2.602)	(9.734)
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2022	1.012	3.932	632	2.811	8.387
Saldo em 31.12.2023	865	3.240	1.857	2.481	8.443
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	

(*) Reclassificação de bens físicos inicialmente classificados no intangível, sendo transferido para imobilizado.

Notas Explicativas

11. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (Impairment)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do Intangível	Infraestrutura em construção (c)	Total
<u>Custo do intangível</u>							
Saldo em 31.12.2023	2.958.314	(353.855)	9.888	-	2.614.347	132.545	2.746.892
Adições	146.916	-	1.054	-	147.970	99.899	247.869
Transferências/reclassificações (d)	38.379	-	10	-	38.389	(38.557)	(168)
Alienações/baixas	(143)	-	-	-	(143)	-	(143)
Redução ao valor recuperável (b)	-	(94.150)	-	-	(94.150)	-	(94.150)
Outros (e)	2.820	-	841	-	3.661	-	3.661
Saldo em 31.12.2024	3.146.286	(448.005)	11.793	-	2.710.074	193.887	2.903.961
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2023	(1.220.376)	33.167	(5.546)	-	(1.192.755)	-	(1.192.755)
Amortização	(200.041)	-	(1.834)	-	(201.875)	-	(201.875)
Transferências/reclassificações	1	-	-	-	1	-	1
Alienações/baixas	72	-	-	-	72	-	72
Amortização da redução ao valor recuperável (f)	-	34.984	-	-	34.984	-	34.984
Outros (e)	(2.004)	-	(2)	-	(2.006)	-	(2.006)
Saldo em 31.12.2024	(1.422.348)	68.151	(7.382)	-	(1.361.579)	-	(1.361.579)
<u>Intangível líquido</u>							
Saldo em 31.12.2023	1.737.938	(320.688)	4.342	-	1.421.592	132.545	1.554.137
Saldo em 31.12.2024	1.723.938	(379.854)	4.411	-	1.348.495	193.887	1.542.382
Taxas de amortização - a.a. (g)	6%	6%	17%				

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (Impairment)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do Intangível	Infraestrutura em construção (c)	Total
<u>Custo do intangível</u>							
Saldo em 31.12.2022	2.714.878	(337.199)	8.755	8.000	2.394.434	74.827	2.469.261
Adições	195.941	-	1.133	(8.000)	189.074	106.580	295.654
Transferências/reclassificações (d)	47.499	-	-	-	47.499	(48.862)	(1.363)
Alienações/baixas	(4)	-	-	-	(4)	-	(4)
Redução ao valor recuperável (b)	-	(16.656)	-	-	(16.656)	-	(16.656)
Saldo em 31.12.2023	2.958.314	(353.855)	9.888	-	2.614.347	132.545	2.746.892
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2022	(1.047.269)	-	(4.178)	-	(1.051.447)	-	(1.051.447)
Amortização	(173.110)	-	(1.368)	-	(174.478)	-	(174.478)
Alienações/baixas	3	-	-	-	3	-	3
Amortização da redução ao valor recuperável (f)	-	33.167	-	-	33.167	-	33.167
Saldo em 31.12.2023	(1.220.376)	33.167	(5.546)	-	(1.192.755)	-	(1.192.755)
<u>Intangível líquido</u>							
Saldo em 31.12.2022	1.667.609	(337.199)	4.577	8.000	1.342.987	74.827	1.417.814
Saldo em 31.12.2023	1.737.938	(320.688)	4.342	-	1.421.592	132.545	1.554.137
Taxas de amortização - a.a. (g)	6%	6%	20%				

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Refere-se a provisão para desvalorização de ativos (*impairment*)
- (c) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Sociedade é divulgar em conjunto com os demais ativos intangível. Sendo como principal natureza a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros.
- (d) Saldo referente a reclassificação de intangível para imobilizado.
- (e) Transferência de ativos desenvolvidos na *holding* para operação da Sociedade.
- (f) Amortização da provisão para desvalorização de ativos (*impairment*), linearmente até o prazo de concessão.
- (g) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

Notas Explicativas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade complementou o montante de R\$13.739 (R\$10.855 em 31 de dezembro de 2023) o valor justo das infraestruturas em construção tomando como base os custos de debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em relação ao principal das dívidas, em 2024 foi de 1,18% a.a. e em 2023 foi de 0,88% a.a., do total de juros provisionados no período.

Teste de recuperabilidade de Ativos (*Impairment*)

A Sociedade efetuou teste de *impairment* durante o ano de 2024 de acordo com os requisitos o CPC 01. Para isto, a Administração preparou projeções considerando o método do fluxo de caixa descontado, classificadas como UGCs em operação em 31 de dezembro de 2024 e concluiu pela necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis.

Os cálculos do valor em uso e suas premissas subjacentes foram realizados e aprovadas pela Administração, para o período do contrato de concessão. As principais premissas que afetam os fluxos de caixa da Sociedade são: curva de demanda de tráfego considerando o aumento da demanda gerada pelas melhorias executadas e também as melhorias futuras previstas no contrato de concessão conforme estimativa apresentada na nota explicativa nº 2, abordando aspectos relacionados aos benefícios que as melhorias tendem a trazer uma maior fluidez, segurança e redução dos acidentes elevando o nível de atratividade do usuário da rodovia, crescimento do PIB de acordo com as tendências macroeconômicas e sua elasticidade para cada UGC, variação tarifária, nível de investimento e custos operacionais, bem como a taxa de desconto. As projeções foram feitas em Reais, considerando efeitos inflacionários: 4,02% em 2025, 3,84% em 2026 e 3,51% de 2027 até 2033.

A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e do custo dos recursos externos. O correspondente Custo Médio Ponderado de Capital após impostos é de 9,07% em 31 de dezembro de 2024 (8,75% em 31 de dezembro de 2023).

A pressão sobre os fluxos de caixa futuros indicou a necessidade de registro de um complemento da provisão para redução ao valor recuperável no valor de R\$94.150 em 31 de dezembro de 2024 (R\$16.656 em 31 de dezembro de 2023).

Após o registro da perda por redução ao valor recuperável da unidade geradora de caixa, o valor recuperável é igual ao valor contábil. Portanto, qualquer alteração adversa em qualquer premissa acarretará uma perda adicional.

12. DEBÊNTURES

A composição das debêntures, negociadas em moeda funcional da Sociedade - Real (R\$), é como segue:

Série	Quantidade	Taxa contratual	Vencimento	31.12.2024	31.12.2023
9ª emissão - Série única	1.000.000	IPCA+6,38% a.a.	set-31	1.130.957	1.077.208
				1.130.957	1.077.208
			Custo de transação	(19.433)	(22.337)
			Total	1.111.524	1.054.871
			Circulante	17.202	15.719
			Não circulante	1.094.322	1.039.152
			Total	1.111.524	1.054.871

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda nacional	31.12.2024			31.12.2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	18.623	1.058.585	1.077.208	13.260	1.011.953	1.025.213
Juros e variações monetárias provisionados	69.417	52.274	121.691	65.255	46.632	111.887
Pagamento de juros	(67.942)	-	(67.942)	(59.892)	-	(59.892)
	20.098	1.110.859	1.130.957	18.623	1.058.585	1.077.208
Custo de transação	(2.896)	(16.537)	(19.433)	(2.904)	(19.433)	(22.337)
Saldo final	17.202	1.094.322	1.111.524	15.719	1.039.152	1.054.871

Notas Explicativas

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Série	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
9ª emissão - Série única	14.09.2022	1.000.000	1.000	15.09.2022	1.000.000
		1.000.000			1.000.000

Em 31 de dezembro de 2024, as parcelas brutas do custo de transação apresentadas no passivo não circulante das emissões possuem os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2026	127.624
2027	144.609
2028	179.120
2029	196.270
Após 2029	463.236
	1.110.859

As debêntures da 9ª emissão da Sociedade são garantidas por:

1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora.
2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora.
3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

As escrituras de emissão da 9ª emissão da Sociedade possuem as mesmas cláusulas restritivas do contrato com o BNDES apresentada na Nota Explicativa de Financiamentos. Sendo as principais elencadas abaixo:

- a. Em qualquer trimestre, relação entre patrimônio líquido e ativo total da Emissora maior ou igual a 20% (vinte por cento) ("Relação PL/Ativo Total");
- b. A Sociedade deverá apresentar trimestralmente índice de alavancagem (Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado), de acordo com cada ano, menor ou igual a:

4,5	-	entre 2022-2023
4,0	-	em 2024
3,5	-	em 2025
3,0	-	em 2026
2,5	-	em 2027
2,0	-	entre 2028-2029
1,0	-	entre 2030-2031

Onde: (i) considera-se como "Dívida Líquida", a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as debêntures, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações contábeis auditadas da Emissora, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora menos as disponibilidades. Os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Emissora, considerar-se-ão como dívida; e (ii) considera-se como "EBITDA Ajustado", o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com provisão para desvalorização de ativos, amortizações e depreciações (sendo as amortizações e depreciações apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice;

Em relação às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, a Sociedade avaliou e não há impacto nas demonstrações a ser apresentado pois em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há passivos financeiros conversíveis em ações, também não há obrigação de apresentar cumprimento de *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório. A Sociedade cumpriu todos os índices dos *covenants* de suas debêntures na data de 31 de dezembro de 2024. A Sociedade estima que irá cumprir os *covenants* que serão apresentados trimestralmente nos próximos doze meses, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

Notas Explicativas

13. FORNECEDORES, ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo no passivo circulante de R\$32.560 (R\$48.045 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a passivos junto a fornecedores e prestadores de serviços relacionados principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. O saldo de R\$15.202 (R\$14.770 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

O saldo de R\$13.785 (R\$15.035 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a adiantamentos a fornecedor registrado no ativo realizável a longo prazo como parte do contrato das obras de terceira faixa da Rodovia BR381/SP com a Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. Embora os adiantamentos tenham sido realizados para aplicação em obras, devido a rescisão dos contratos, o adiantamento foi classificado como contas a receber uma vez que esse valor não se converterá em serviços prestados. Os referidos valores estão suportados por apólices de seguro garantia contratual e a Sociedade já acionou as garantias para reaver o adiantamento.

14. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro a seguir:

	31.12.2024			31.12.2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	17.083	10.071	27.154	13.778	10.385	24.163
Remensurações	3.114	-	3.114	9.513	10.478	19.991
Adições	1.123	2.355	3.478	3.887	-	3.887
Utilizações (*)	(22.115)	-	(22.115)	(23.388)	-	(23.388)
Ajuste a valor presente - AVP	2.316	-	2.316	2.501	-	2.501
Transferências	11.909	(11.909)	-	10.792	(10.792)	-
	13.430	517	13.947	17.083	10.071	27.154

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$20.072 (R\$22.995 em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2026	328
2027	189
	517

O potencial PIS/Cofins (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 são respectivamente R\$365 e R\$1.681 para PIS e Cofins (R\$386 e R\$1.777, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023).

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a taxa média é de 9,82% a.a. (9,99% a.a. em 31 de dezembro de 2023). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos são conforme demonstradas abaixo:

	31.12.2024		31.12.2023	
	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)
Guinchos	-	-	-	157
Veículos operacionais	-	109	-	88
Imóveis	-	26	-	26
Outros	-	125	-	-
	-	260	-	271

Notas Explicativas

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a despesas administrativas, mútuos e debêntures privadas para capital de giro.

Os saldos patrimoniais e as transações realizadas no resultado em 31 de dezembro de 2024 e 2023, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	31.12.2024	31.12.2023
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A.- controladora (a)	-	12
Fluminense S.A. (a)	1	252
Contas a receber de partes relacionadas circulante	1	264
Total parte relacionada no ativo circulante	1	264
 <u>Passivo circulante</u>	 31.12.2024	 31.12.2023
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	6.599	4.420
Total do passivo circulante	6.599	4.420
 <u>Passivo não circulante</u>	 31.12.2024	 31.12.2023
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (b)	124.000	111.985
Total do passivo não circulante	124.000	111.985

<u>Passivos Circulante e Não Circulante</u>	31.12.2024			31.12.2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	111.985	111.985	-	302.104	302.104
Juros provisionados	-	14.136	14.136	-	36.170	36.170
IR recuperar	-	(2.121)	(2.121)	-	(6.289)	(6.289)
Integralização de Capital Social	-	-	-	-	(220.000)	(220.000)
Saldo final	-	124.000	124.000	-	111.985	111.985

<u>Contas de Resultado:</u>	31.12.2024		31.12.2023	
	Despesas financeiras (b)	Despesas gerais (a)	Despesas financeiras (b)	Despesas gerais (a)
<u>Controladora</u>				
Arteris S.A.	(14.136)	(16.577)	(36.170)	(14.855)
<u>Outras partes relacionadas</u>				
Fluminense S.A.	-	118	-	-
Litoral Sul S.A.	-	-	(5)	-
Total	(14.136)	(16.459)	(36.175)	(14.855)

(a) A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da *holding*, com base na receita de suas controladas, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias. Os valores no subitem “Outras partes relacionadas” estão relacionados a reembolsos de custos e despesas administrativas entre as controladas.

(b) Decorrentes da 5ª e 8ª emissões de debêntures privadas série única e não conversíveis em ações, celebrado com a Arteris S.A para execução do plano de investimentos. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do *spread* respectivamente de 1% ao ano, com vencimento do principal e juros em 31 de dezembro de 2028.

Notas Explicativas

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2024		31.12.2023	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
20.05.2019	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	76.007	38.369	83.507	28.478
05.09.2022	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	7.500	2.123	-	-
			83.507	40.492	83.507	28.478
			124.000		111.985	

No decorrer do exercício findo de 31 de dezembro de 2024, a Sociedade reconheceu o montante de R\$7.496 (R\$3.068 em 31 de dezembro de 2023), a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, dos quais R\$1.752 (R\$745 em 31 de dezembro de 2023) relativos à diretoria da Sociedade e R\$5.744 (R\$2.323 em 31 de dezembro de 2023) relativos ao rateio da diretoria da controladora Arteris. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo - ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente.

Os administradores não obtiveram empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos em até R\$814 para o ano de 2024 (R\$1.905 para o ano de 2023).

Em relação as transações com partes relacionadas, elas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$3.201 e R\$3.369.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Notas Explicativas

17. PROVISÕES

(a) Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios

A movimentação dos saldos dos riscos cíveis, trabalhistas, regulatórios e fiscais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é conforme segue:

	31.12.2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.12.2024
Cíveis	2.069	5.693	(2.759)	(3.724)	62	1.341
Trabalhistas	2.445	3.668	(2.172)	(3.046)	-	895
Regulatório	3.509	1.723	(4.209)	-	700	1.723
Fiscal	152	5	(5)	(63)	14	103
Total	8.175	11.089	(9.145)	(6.833)	776	4.062

	31.12.2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.12.2023
Cíveis	1.856	10.930	(7.177)	(3.621)	81	2.069
Trabalhistas	411	3.350	220	(1.536)	-	2.445
Regulatório	3.267	-	-	-	242	3.509
Fiscal	202	-	-	(51)	1	152
Total	5.736	14.280	(6.957)	(5.208)	324	8.175

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes.

Em razão da assinatura do TAC, conforme mencionado na nota explicativa nº 2, a Sociedade deduziu o montante de R\$3.509, referente aos processos regulatórios administrativos prováveis que foram objetos da negociação do TAC Multas.

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

Possíveis	31.12.2024	31.12.2023
Cíveis	12.496	10.263
Trabalhistas	2.593	411
Ambiental	454	432
Regulatório	14.072	10.218
Total	29.615	21.324

Os processos possíveis classificados como cíveis decorrem em sua maioria da operação da rodovia, os principais tratam de ações referentes a acessos a rodovia, faixa de domínio, objetos e animais na pista, etc.

Os depósitos judiciais no montante de R\$17.694 em 31 de dezembro de 2024 (R\$17.708 em 31 de dezembro de 2023) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por desapropriações e autos de infração impostos pela ANTT.

(b) Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 7,61% a.a. em 31 de dezembro de 2024 (5,78% a.a. em 31 de dezembro de 2023), considerando os valores da próxima intervenção, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos.

(c) Provisão para investimentos

A provisão para investimentos é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados de gastos na construção e melhorias de rodovias até o final da concessão, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é conforme segue:

Notas Explicativas

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2023	90.124	49.065	-	39.899	90.124	88.964
Adições/Reversões	-	6.403	(6.333)	19.829	(6.333)	26.232
Utilizações	(5)	(53.991)	-	-	(5)	(53.991)
Ajuste a valor presente	376	2.208	(352)	2.047	24	4.255
Transferências	(12.549)	27.355	12.549	(27.355)	-	-
Saldo em 31.12.2024	77.946	31.040	5.864	34.420	83.810	65.460

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2022	82.922	60.182	-	54.418	82.922	114.600
Adições/Reversões	-	14.949	6.874	15.116	6.874	30.065
Utilizações	-	(61.118)	-	-	-	(61.118)
Ajuste a valor presente	-	3.061	328	2.356	328	5.417
Transferências	7.202	31.991	(7.202)	(31.991)	-	-
Saldo em 31.12.2023	90.124	49.065	-	39.899	90.124	88.964

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 referente às manutenções realizadas foram de R\$58.503 (R\$58.723 em 31 de dezembro de 2023).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é de R\$1.733.585, composto por 2.962.381.424 ações ordinárias e sem valor nominal.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado a reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

Notas Explicativas

19. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos exercícios é como segue:

	31.12.2024	31.12.2023
Receita de serviços prestados	540.439	481.537
Receita de serviços de construção	242.058	283.430
Outras receitas	18.479	20.719
Receita bruta	800.976	785.686
ISSQN	(27.023)	(24.078)
PIS	(3.647)	(3.263)
COFINS	(16.834)	(15.061)
Outras deduções	(234)	(219)
Receita líquida	753.238	743.065

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	31.12.2024	31.12.2023
Custos:		
Com pessoal	(40.947)	(38.890)
Serviços de terceiros	(32.818)	(31.105)
Conservação	(19.876)	(16.738)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(3.528)	(3.464)
Consumo	(6.925)	(6.168)
Transportes	(8.993)	(8.166)
Verba de fiscalização	(20.008)	(19.111)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(418)	(683)
Seguros / Garantias	(6.031)	(6.079)
Provisão de manutenção em rodovias	(26.232)	(30.065)
Custos de serviços da construção	(242.058)	(283.430)
Depreciação / Amortização	(186.125)	(161.501)
Outros	(1.264)	(1.136)
Total	(595.223)	(606.536)

	31.12.2024	31.12.2023
Despesas gerais e administrativas:		
Com pessoal	(19.041)	(16.197)
Serviços de terceiros	(2.828)	(3.220)
Manutenção de bens e conservação	(2.064)	(1.966)
Consumo	(932)	(709)
Transportes	(236)	(112)
Seguros/Garantias	(21)	(15)
Provisão/reversão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(1.944)	(7.323)
Comunicação e marketing	(320)	(464)
Indenizações à terceiros	(34)	(16)
Publicações legais	(122)	(140)
Depreciação / Amortização	(1.838)	(1.296)
Provisão para perdas esperadas	(579)	(266)
Outros	(1.199)	(2.013)
Total	(31.158)	(33.737)

Notas Explicativas

21. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	31.12.2024	31.12.2023
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	56.568	73.542
Atualização de créditos fiscais	719	686
Outras receitas	51	70
Total	57.338	74.298
	31.12.2024	31.12.2023
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros (*)	(122.088)	(137.202)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	(6.595)	(8.246)
Outras despesas	(5.128)	(4.788)
Total	(133.811)	(150.236)

(*) Do total dos juros de debêntures incorridos em 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$135.827 o montante de R\$13.739 foi reconhecido como adição de infraestrutura em construção na demonstração de fluxo de caixa de investimento (R\$148.057 e R\$10.855 em 31 de dezembro de 2023).

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalente de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	31.12.2024	31.12.2023
Total das adições de intangível e infraestrutura em construção (a)	249.524	295.654
Total das adições de imobilizado (b)	200	568
Juros capitalizados - debêntures (a)	(13.739)	(10.855)
	235.985	285.367
Aquisição (adições)	(235.985)	(285.367)
Fornecedores	(8.886)	(57.544)
Obrigações fiscais	(952)	3.047
Contas a pagar - partes relacionadas	471	-
Cauções contratuais	882	4.639
Provisão para investimentos em rodovias	(6.338)	6.874
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	(250.808)	(328.351)
Fluxo de Caixa Imobilizado	(200)	(568)
Fluxo de Caixa Intangível	(250.608)	(327.783)
Total dos Fluxos de Caixa de Imobilizado e Intangível	(250.808)	(328.351)
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no exercício, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível e infraestrutura em construção	(14.823)	(42.984)

a) Vide notas explicativas nº 11 e nº 21.

b) Vide nota explicativa nº 10.

23. (PREJUÍZO) LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico de (prejuízo) lucro por ação é feito por meio da divisão do (prejuízo) lucro do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o (prejuízo) lucro e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do (prejuízo) lucro básico e diluído por ação.

Notas Explicativas

	31.12.2024	31.12.2023
<u>Básico/Diluído</u>		
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(32.078)	45.893
Número de ações durante exercício	2.463.562	2.463.562
(Prejuízo) lucro por ação	(0,0130)	0,0186

Não há diferença entre (prejuízo) lucro básico e (prejuízo) lucro diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme quadro a seguir:

			31.12.2024		31.12.2023	
	Nível	Mensuração (*)	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	1	476.497	476.497	544.238	544.238
Aplicação financeira	Nível 2	1	59.966	59.966	3.261	3.261
Contas a receber clientes	Nível 2	2	31.317	31.317	31.209	31.209
Contas a receber - partes relacionadas	Nível 2	2	1	1	264	264
Adiantamento de fornecedores	Nível 2	2	13.789	13.789	15.035	15.035
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	32.515	32.515	18.082	18.082
Outros créditos	Nível 2	2	2.577	2.577	4.994	4.994
			616.662	616.662	617.083	617.083
Passivo						
Empréstimos partes relacionadas	Nível 2	2	124.000	124.000	111.985	111.985
Contas a pagar - partes relacionadas	Nível 2	2	6.599	6.599	4.420	4.420
Debêntures (a)	Nível 2	1	1.130.957	966.548	1.077.208	896.003
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	47.762	47.762	62.815	62.815
Taxa de fiscalização	Nível 2	2	1.698	1.698	1.621	1.621
Outras contas a pagar	Nível 2	2	6.467	6.467	9.247	9.247
Arrendamento mercantil a pagar (b)	Nível 2	1	13.947	13.947	27.154	27.154
			1.331.430	1.167.021	1.294.450	1.113.245

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

(a) Vide nota explicativa nº 12

(b) Não é escopo do CPC 48

Mensuração a valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

Notas Explicativas

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas pós-fixadas tais como TJLP e CDI aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis.

Já as debêntures tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

25. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, IPCA e do CDI, relativos a mútuos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2024, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e 50% e redução de (-25%) nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de mútuos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases				
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	14,65%	18,31%	21,98%	10,99%
Receita de aplicações financeiras	4.382	5.477	6.573	3.286
Juros a incorrer - Mútuos e Debêntures privadas (*)	(19.588)	(24.175)	(28.762)	(15.001)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(15.206)	(18.698)	(22.189)	(11.715)
IPCA	4,96%	6,20%	7,44%	3,72%
Juros a incorrer - Debêntures	(129.627)	(144.290)	(158.953)	(114.964)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(129.627)	(144.290)	(158.953)	(114.964)
Juros a incorrer líquido	(144.833)	(162.988)	(181.142)	(126.679)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 02 de janeiro de 2025, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 31 de dezembro de 2024 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$28.867 (R\$26.466 em 31 de dezembro de 2023) das empresas CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar Soluções

Notas Explicativas

de Mobilidade Eletrônica S.A. e Move Mais Meios de Pagamentos Ltda, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos e debêntures é monitorada para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Sociedade reconheceu um prejuízo de R\$32.078.

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (a)	Fluxos de caixa contratuais						
		Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
Arrendamento mercantil a pagar	9,82%	13.947	25.725	3.584	17.298	4.396	447	-
Partes relacionadas	14,42%	124.000	124.000	-	-	-	124.000	-
Debêntures - IPCA (b)	11,10%	1.130.957	1.517.269	69.615	120.711	178.658	449.326	698.959
Fornecedores e cauções contratuais	-	47.762	47.762	32.560	15.202	-	-	-
Fornecedores partes relacionadas	-	6.599	6.599	6.599	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	6.467	6.467	6.467	-	-	-	-
		1.329.732	1.727.822	118.825	153.211	183.054	573.773	698.959

- (a) Média ponderada efetiva % a.a.
(b) Valor bruto dos custos de transação.

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

Notas Explicativas

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2024, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	233.319

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$52.287 (R\$26.646 em 31 de dezembro de 2023).

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da

Autopista Fernão Dias S.A.

Pouso Alegre - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Autopista Fernão Dias S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Autopista Fernão Dias S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão

Veja as notas explicativas 3 (ii), 4.1.2, 4.7 e 11 das demonstrações contábeis

Principais assuntos de auditoria

Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade mantém no ativo intangível em operação, nas suas demonstrações contábeis, ativos não financeiros relacionados a contratos de concessão.

Devido a observações de indicadores sobre a desvalorização dos valores contábeis desses ativos, a Sociedade estimou o valor recuperável, com base no valor em uso, da sua unidade geradora de caixa (UGC's) às quais esses ativos estão alocados.

A determinação do valor em uso da UGC é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente que envolve o uso de premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); e (iv) taxa de desconto.

Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria dado que as premissas utilizadas para estimar o valor em uso das unidades geradoras de caixa são subjetivas, e variações nessas premissas podem resultar em mudanças significativas nos saldos das demonstrações contábeis.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados para a determinação dos valores em uso de cada UGC, em que identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos;

Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (corporate finance):

(i) se a estimativa do valor em uso das UGC's foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de mercado usualmente utilizadas na avaliação dos fluxos de caixa e na estimativa da taxa de desconto;

(ii) se as premissas citadas, utilizadas para estimar o valor em uso da UGC estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado;

(iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis; e

(iv) confirmação dos dados técnicos com a Administração.

Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas sobre os valores em uso da UGC, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Veja as notas explicativas 3(ii), 4.9 e 7 das demonstrações contábeis

Principais assuntos de auditoria

Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade possui reconhecido, nas suas demonstrações contábeis, imposto de renda e contribuição social diferidos ativo e passivo líquido no montante de R\$152.136 mil.

Os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e as diferenças temporárias dedutíveis devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais, bases negativa da contribuição social e as diferenças temporárias possam ser utilizados.

As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentados em um estudo técnico preparado pela administração da Sociedade e envolve certas premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); e (iii) taxa de inflação esperada (IPCA).

Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações contábeis.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

Avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados a elaboração dos fluxos de caixa futuro para determinação dos lucros tributáveis futuros afim de certificar-se da recuperabilidade dos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e as diferenças temporárias dedutíveis, em que identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos;

Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas (corporate finance):

(i) se os fluxos de caixa utilizados para determinação dos lucros tributáveis futuros preparados pela administração da Sociedade foram elaborados de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa;

(ii) se as premissas utilizadas nos fluxos de caixa preparados pela administração da Sociedade são fundamentados em dados históricos e/ou de mercado;

(iii) se os cálculos matemáticos estão adequados; e

(iv) confirmação dos dados técnicos com a Administração.

? Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir

modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto - SP, 26 de fevereiro de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP

Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC 1SP293539/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S.A., declaramos, nos termos do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

Alisson de Almeida Freire - Diretor Presidente

Nilton Leonardo Fernandes Oliveira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Ricardo Luís da Silva - Diretor Superintendente

Giane Luza Zimmer Freitas - Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa - Diretor de Engenharia e Implantação

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Na qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S.A., declaramos, nos termos do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da KPMG Auditores Independentes Ltda., relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

Alisson de Almeida Freire - Diretor Presidente

Nilton Leonardo Fernandes Oliveira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Ricardo Luís da Silva - Diretor Superintendente

Giane Luza Zimmer Freitas - Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa - Diretor de Engenharia e Implantação